



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2023

Ata n.º 21

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de treze de junho, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça; -----

Segundo Secretário: Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas de 03-04-2023, 28-04-2023 e 15-05-2023; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento do Relatório Anual 2022 - CPCJ de Albufeira; -----

PONTO CINCO: Tomada de conhecimento do Relatório sobre Informação Económico-Financeira a 31 de dezembro de 2022; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação da 2.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2023-2027; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação da 2ª Revisão -Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano orçamental Plurianual 2023-2027, incluindo a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal, incluindo Plano de Recrutamento para o ano 2023; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, bem como da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, da Transferência de verbas para as freguesias do concelho; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura ao Aviso n.º 2/C09-i01/2023 - Medida SM1 - Reduzir Perdas de Água no Setor Urbano; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Unidade de Cuidados Continuados da Guia", no âmbito do Aviso n.º ALG-16/2023-01 - Investimentos em Infraestruturas de Saúde; --



PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Execução de Lar, Unidade de Apoio Domiciliário e Centro de Dia - Fontainhas; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Execução de Unidade de Cuidados Continuados na Guia; -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Ampliação e Beneficiação da E.B.1,2,3 de Ferreiras; -----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Construção de Habitação Social em Ferreiras; -----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Execução de Novo Edifício para Ampliação do Centro de Saúde de Albufeira; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Teresa Cristina da Palma Neto, André Jorge Pardal Milheiro Lima, Miguel António Moreira Viegas, Carlos Manuel Brito Mendes, Paolo Augusto Funassi, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Helena Simões, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova e Carla Madeira. -----



Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Serôdio, Teresa neto, Miguel Viegas e Paolo Funassi. -----
Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e Dinis Gomes Alves. -----
Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Carlos Santos: "Boa noite senhor Presidente da Assembleia, senhoras deputadas, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara, senhor Vice-Presidente não está, senhora vereadora, senhores vereadores, senhores Presidentes de Junta de Guia, Ferreiras e Albufeira e Olhos de Água. Alguns de vós, penso que me conhecem, para aqueles que não me conhecem, eu estou aqui esta noite para tecer algumas considerações sobre a instituição AHSA. A AHSA fez no passado dia um de junho, vinte e quatro anos, são vinte e quatro anos de trabalho, de apoio à comunidade, à comunidade mais desfavorecida de Albufeira, e permitam-me que teça aqui alguns pontos que nós na AHSA consideramos importantes e como ninguém de nós até ao momento e neste mandato esteve aqui, é uma das razões que nos traz cá esta noite. Durante estes vinte e quatro anos, a AHSA com é da lei e devo dizer que é uma IPSS, portanto, uma instituição particular de solidariedade social com o estatuto de utilidade pública, gere em Albufeira o Centro de Dia do Rossio, que eu acho que é sobejamente conhecido de todos vós, e para além de ter uma equipa do Rendimento Social de Inserção num protocolo celebrado com o Centro Regional da Segurança Social, em dois mil e dez e que, a partir do dia um de janeiro passou para as competências do Município de Albufeira. E, portanto, essas três técnicas e as duas ajudantes estão a trabalhar com a ação social diretamente na Câmara, no edifício camarário, na rua do MFA e com cerca de cento e trinta e um processos de famílias do concelho ou residentes no concelho. Para além disso, temos o banco alimentar, temos o banco de roupa e, como disse há pouco, gerimos o centro de Dia do Rossio que, neste momento, está na sua capacidade máxima com cerca de cinquenta utentes. Temos vários protocolos, desde o Instituto de Emprego e Formação Profissional, neste momento estão lá duas



estagiárias, com contratos celebrados, e até ao momento já tivemos mais de duas dezenas de estagiárias, algumas delas, até prestam funções nesta casa durante este período, digamos, de vinte e quatro anos que estamos a trabalhar em prol da comunidade Albufeirense. Para além disso, temos protocolos com o município de Albufeira, com a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, protocolos esses que continuamente estão debaixo da supervisão, quer da tutela, porque é a tutela, ou seja, o centro Regional de Segurança Social de Faro que nos controla, é perante eles que a instituição é auditada e é vistoriada e isso acontece enquanto IPSS cerca de duas, três vezes por ano, mesmo durante os dois anos difíceis de vinte e vinte e um, com a situação da pandemia, não fechamos portas, apesar de não termos os utentes no centro de dia, mantivemos as equipas lá dentro a trabalhar num protocolo que celebramos na altura com o Município, através do senhor Presidente da Câmara, o “resposta já”. Foram cerca de seis meses de trabalho e de ajuda a todos aqueles em várias áreas, nomeadamente alimentos, pagamentos de água, luz, etc. Temos atualmente um protocolo com Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, que é o “Apoiar hoje”, em que dentro desse protocolo prestamos ajuda a pessoas com problemas, que vão desde óculos, próteses dentárias, etc, nesse protocolo, por vezes, as pessoas não têm a capacidade financeira para pagar aquilo que está protocolado que é cinquenta por cento do valor em causa. Porque é de lei e porque a AHSA cumpre religiosamente a lei. Durante o ano, nós temos a nossa Assembleia Geral para aprovação, em finais de novembro para aprovação, quer do Orçamento, quer do plano de atividades e em finais de março, princípios de abril, a nossa Assembleia para a aprovação das contas do exercício anterior. Essas contas são sujeitas a esse caderno onde estão as contas, o orçamento e o plano de atividades são presentes à tutela, e entregamos aos parceiros, digamos assim, que é a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia das Ferreiras e de Albufeira com quem temos parceria toda essa documentação, que está disponível na Câmara, está disponível na junta de freguesia e caso os senhores deputados assim o entendam, podem pedir ao executivo camarário ou nós na AHSA. Não temos qualquer problema em deixar também no gabinete da Assembleia Municipal, todas essas contas. Essas contas, como disse, são auditadas, são certificadas, primeiro, são certificadas através das duas TOC’s que temos a trabalhar conosco. Convido os senhores deputados quando entenderem. Ao longo destes vinte e quatro anos trabalhamos sempre com transparência, com todas as senhoras vereadoras



e vou citar os nomes, porque a AHSA sempre teve uma relação de transparência com o município, primeiro a doutora Ana Vidigal, depois a doutora Marlene Silva, depois a doutora Ana Pífaro e atualmente com a doutora Cláudia Guedelha, são elas que nos controlam, por assim dizer, entre aspas, os protocolos, é com elas que reunimos para além do senhor Presidente da Câmara e, portanto, estamos perfeitamente e digo isto convicto das palavras, que estou a afirmar, estamos perfeitamente convencidos que estamos a fazer um ótimo trabalho, um trabalho de ajuda à comunidade mais carenciada de Albufeira e estamos disponíveis para todo e qualquer esclarecimento, que quer o executivo da Câmara, quer as senhoras deputadas e os senhores deputados assim o entendam." -----

Manuel Meirinho: "Muito boa noite a todos, eu já tinha saudades disto, que já há muitos anos que não vinha aqui a esta casa, não nesta sala, mas noutra sala tive o prazer de fazer parte também nesta comunidade. Eu estou aqui única e simplesmente como Presidente da Assembleia Geral da associação AHSA e para confirmar aquilo que o Presidente da Direção acabou de referir, e que ninguém, absolutamente ninguém dos órgãos sociais tem problemas absolutamente nenhuns. Quando quiserem, quer sejam da casa, quer seja de fora, a quem for incumbido de ir fazer aquilo que entender por bem fazer. Estamos completamente à vontade, os órgãos sociais são pessoas idóneas, não ganham um cêntimo da associação, pelo contrário, têm é trabalho, como hoje está muita gente a trabalhar no evento que foi dado pela Câmara Municipal, portanto, estamos completamente à vontade. E quem quiser, eu até convido os senhores deputados se quiserem e quem não conhecer a associação pode lá ir, fazer as perguntas que quiser e entender, nós não temos problemas nenhuns absolutamente nenhuns, todos os esclarecimentos que sejam necessário, o senhor Presidente, quer os funcionários, a diretora técnica que lá está, esclarece de tudo o que for necessário, portanto, estamos à vontade, não há problema nenhum." -----

Rui Neves: Boa noite, a JSD Albufeira quer parabenizar a Câmara Municipal de Albufeira no seu todo, o executivo camarário e a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, pelas várias iniciativas e eventos que têm organizado, sobretudo na comunidade jovem da nossa cidade, como o Albufeira Sea Fest, dois mil e vinte e três, o workshop bases da alimentação, hábitos alimentares Saudáveis, Rock Pool Kids à descoberta das Poças de maré em Albufeira, o workshop solidário sobre "meditação a Marte mente sã num corpo sã", o workshop solidário pintura na tela, dia da criança no



Parque Ribeirinho e no mercado dos Olhos de Água, o mercado com música fresca e o Yoga para o bem-estar, o Albufeira sound sunset dois mil e vinte e três. Também queremos dar os parabéns pela construção de quarenta fogos de habitação em regime de renda convencionada em Paderne, sobretudo para os casais mais jovens. Em nome da juventude social-democrata de Albufeira, venho ao presente questionar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Francisco Oliveira que, por sua vez, também é deputado da Nação na Assembleia da República, pelo Partido Socialista, e porque este é o momento e o local indicado para sua excelência transmitir ou fazer chegar algumas questões ao seu governo. A JSD Albufeira quer saber quais os planos e projetos que tem em mente, agora com a vinda dos fundos europeus do plano de recuperação e resiliência para a nossa cidade e as suas freguesias? O Governo com que linhas mestras de governação económicas e financeiras a médio longo prazo, se reis? O povo e os jovens albufeirenses têm as legítimas expectativas quanto à execução destes fundos do PRR, portanto, a conclusão só pode ser uma, não se pode adiar a clareza na definição nas linhas mestras económicas e financeiras para o futuro, porque se adiarmos essas definições tudo ficará mais pesado e atribulado para resolver mais tarde. O egoísmo fútil e o desprezo com que o Governo socialista olha para a região do Algarve e, em especial para Albufeira, demonstra claramente quais os planos, os projetos e as ideias que tem para implementar, ou seja, pouco ou quase nada. Dadas e chegadas estas conclusões a JSD Albufeira deixa várias questões e interroga sua excelência e o Governo português sobre o PRR na sua implicação direta na comunidade jovem Albufeirense. As perguntas que lhe vou colocar são as seguintes, primeira pergunta: o Governo tem em mente avançar com a construção de uma universidade em Albufeira? Segunda pergunta, o Governo tem planeado a construção de habitação jovem e alojamento estudantil para fazer face às exorbitantes rendas que muitas vezes são pedidas a esses estudantes? Terceira pergunta, o Governo tem no horizonte o reforço de mais meios de transporte públicos, como os autocarros que passam por Albufeira com mais regularidade e ligue o Algarve de uma ponta à outra, do barlavento ao sotavento? Quarta pergunta, o Governo já tem um plano traçado de remodelação, reforço e manutenção das linhas férreas? O reforço de carruagens, bem como o horário mais flexível e que se estenda por mais horas em funcionamento, para além daquelas que já são praticadas? Quinta pergunta, o Governo vai criar infraestruturas e reforçar as forças de seguranças públicas com mais meios, bem como recursos



humanos e operacionais, no mínimo, quarenta agentes da GNR para a vigilância e acompanhamento dos jovens nos espaços de diversão noturna, como os bares e discotecas? Por último, sexta pergunta, vai o Governo e o Partido Socialista responder a estas perguntas que os jovens Albufeirenses já colocaram há alguns anos para cá e querem ver solucionadas?" -----

Roberto Leandro: "Muito boa noite a todos, venho aqui hoje como Presidente da JuvAlbuera, a associação Juvenil do concelho, a partidária sublinhe-se, para expor uma situação que entristece e envergonha os albufeirenses. As lojas do parque de estacionamento do Pau da Bandeira. Como é do conhecimento público, estão abandonadas há anos, sendo atualmente alvo de atos de vandalismo, consumo de drogas e acumulação de lixo vário, o mesmo local idílico que ilustra os retratos de milhões de turistas e que se ergue bem alto no coração da nossa cidade é hoje um esqueleto arruinado, imóvel sem qualquer tipo de préstimo para a comunidade e para os visitantes. Numa cidade onde várias associações, projetos sociais e artistas carecem de instalações. Numa cidade onde o gabinete da Juventude está desde dois mil e quinze metido num contentor, numa cidade onde os jovens não têm um espaço onde possam socializar, além dos locais de animação noturna nesta cidade, em que vivemos e queremos fazer mais e melhor. Nesta cidade é inadmissível que este espaço continue como está, abandonado. Não vimos aqui apurar culpas, nem apontar dedos, vimos pedir que se tome uma atitude, seja responsabilidade da sociedade Polis seja da Câmara, dos munícipes não é, com certeza, pelo que não são eles quem tem que continuar a assistir a uma degradação de um espaço que deveria servi-los. Neste sentido, criámos uma petição pública em parceria com a Macramé aqui também representada, a rede de psicólogos do nosso concelho, para expressar o mais honesto desagrado da comunidade e apelar a esta Assembleia e ao Executivo que tomem como prioritária esta situação deplorável. Além desta questão, a JuvAlbuera gostaria de saber para quando está prevista a primeira reunião do Conselho Municipal da Juventude, há vários meses anunciado. Por último, mas igualmente importante, queremos deixar um apelo ao executivo da Câmara Municipal. É um apelo para que nas dinâmicas e projetos que envolvam a juventude, como os eventos que têm ocorrido na Praça dos Pescadores e outros aqui bem citados pela JSD, que se trabalhe com a juventude local, muitos jovens do nosso município têm ideias, têm talento e tem vontade de participar. Não falo apenas dos artistas albufeirenses que têm sido contratados, e muito bem, para



ações pontuais. Há jovens, como nós, que apresentam projetos e não encontram apoio na sua própria cidade. São muitas vezes as juntas de freguesia a quem muito agradecemos, quem mais e melhor acolhe as sugestões e ambições da juventude é, pois, com o intuito de que se repense a forma de fazer política e eventos juvenis que a JuvAlbuera vos endereça este apelo, apostem por favor, numa política de proximidade e trabalhem com os jovens, em vez de para os jovens, como sugere o senhor diretor do IPDJ do Algarve, Doutor Custódio Moreno, sem olharmos egos, nem a cargos e o resultado acreditem, poderá ser francamente melhor. Como sempre, a JuvAlbuera estará ao dispor todos." -----

Presidente da Assembleia: "Não havendo mais intervenções, antes de passar a palavra ao Senhor Presidente, irei responder ao senhor Rui Neves, de forma muito sucinta. Este não é o local indicado para lhe dar as respostas relativamente a estas questões, agradecia que pudesse enviar um documento com estas questões, que farei chegar a quem de direito. E só para dizer que nós tivemos há cerca de três semanas uma Assembleia Municipal em que o PRR foi escalpelizado e foi dada informação a todos os membros da Assembleia Municipal de quais os valores e quais os projetos que estavam destinados ao Algarve. Essa informação foi transmitida pelo Senhor Presidente da CCDR, Doutor José Apolinário, que aqui nesta sala explicou as matérias relativas àquilo que será a aplicação dos fundos do PRR para o Algarve e, em particular para Albufeira. Relativamente às questões que me colocou, eu farei chegar esses pedidos de informação aos responsáveis e agradecia que as fizesse por escrito. Posso adiantar que há umas semanas, numa outra Assembleia, foi votada uma petição sobre segurança, que sei que chegou a Lisboa, e que vai ser discutida no Parlamento. Muito obrigado pelas questões colocadas e aguardo essa informação." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, bem-vindos a esta reunião de Assembleia, sobre a intervenção do senhor Carlos Santos e Manuel Meirinho, não tenho nada afirmar, são constatações dos próprios. O senhor Rui Neves, falou em alguns aspetos relacionados com a habitação para jovens, falando em habitação, o município de Albufeira não tem, nem nunca teve, grandes terrenos para construção de habitações. Primeiro tem que arranjar a cana e depois é que vai à pesca, como normalmente se diz, portanto, estamos agora a preparar para além daquelas quarenta, que dezoito já estão, faltam as outras doze, temos mais umas dezassete frações para entregar que foram compradas a particulares de uma forma separada e individualizada. Temos outro



projeto, no âmbito do programa "Primeiro Direito", que vai ser nas Fontainhas, tem sessenta e nove, setenta habitações, temos nos Calijos, junto ao mercado municipal vinte e nove. São os únicos terrenos com capacidade de construção, porque outros terrenos não temos com capacidade de construção, a única coisa que é possível fazer é adquirir alguns terrenos agora para depois um dia qualquer que se venha a transformar em construção, para poder construir, seja aquilo que for necessário, equipamentos públicos, habitação, porque se há uns anos as câmaras municipais poderia construir em terrenos que não estavam classificados como para construção pelos PDM, neste momento tal não é possível. O que acontece para o público, é a mesma coisa que acontece para os privados. Mas isso é um problema que está em andamento e, com certeza, dentro de algum tempo, vamos ter essa capacidade, porque como deve entender, se comprássemos terrenos para construção de habitações a preços controlados ou de rendas acessíveis ou de renda convencionada, que se torna muito mais económico para as famílias, esses terrenos que dão para construção, custam umas quantias de dinheiro enormes. Portanto, se o custo do terreno em si já é grande, é impossível que a habitação fosse construída em cima desse terreno pudesse ser disponibilizada para rendas convencionadas, rendas acessíveis, portanto, temos de esperar pelo outro processo. Depois o senhor Roberto Leandro falou sobre a questão das lojas do parque de estacionamento que está, no P1, como sabem, eu já disse isso, certamente é por desconhecimento da parte dele, eu já disse várias vezes que aquelas lojas não são propriedade do município, eram propriedade da sociedade Polis, que fez a intervenção há bastantes anos, e há quinze dias atrás, foi feita uma escritura precisamente da entrega do património, que era da sociedade Pólis à Câmara Municipal. Ontem foi feita uma assembleia geral em que a sociedade Polis ficará liquidada, a partir do momento em que a ata da Assembleia Geral de ontem for registada no registo predial aqui do concelho, a partir desse momento, a sociedade está liquidada e nós podemos então fazer a intervenção nas devidas lojas. Evidentemente que também sei perfeitamente que não é nada agradável, ter uma situação daquelas, com tantas necessidades que há por aí, num sítio bastante agradável em termos de vista, pelo menos, mas, no entanto, aconteceu isto até agora, portanto, daí era impossível estarmos a fazer obras ou estarmos a fazer intervenções em imóveis que não pertenciam ao município, daí a razão, infelizmente aconteceu durante muito tempo, com responsabilidade muito grande da parte do acionista Estado que foi difícil



chegarmos a essa escritura de partilha do património, mas também chegar a esta assembleia geral que já foi um bocadinho mais rápido. Depois temos o Conselho Municipal da Juventude que isso, a par de outros concelhos, está agendado para reunir muito rapidamente, ainda antes das férias festivas. Eu acho bem, o trabalho da juventude pode ser com a juventude e não para a juventude, é um termo deveras muitas vezes utilizado, obviamente que quando se trabalha para a juventude uma parte também se trabalha com a própria juventude, portanto, eu acho que isso havemos de chegar, com certeza, a bom Porto e agradeço essa disponibilidade da JuvAlbuera." ----
 Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, Albufeira está em perigo, a paz social e clima de integração que há na cidade e que é um exemplo para o mundo, estão sendo abalados por uma tentativa de manipulação por parte de alguns, venho alertar a sociedade albufeirense, que não se deixe enganar. O estrangeiro não é nenhum inimigo, nenhuma nacionalidade específica é inimiga em Portugal e dos albufeirenses. Houve, há e haverá episódios criminosos, mas são comportamentos individuais e não se pode por isso apontar o dedo contra algumas comunidades estrangeiras, mais especifica a indiana. Albufeirenses não nos deixemos colocar uns contra os outros, não caiam nessa tentação, nem manipulação, como dizia "Bertolt Brecht", primeiro vieram buscar os pretos, mas eu não reclamei porque não era preto, depois vieram buscar os ciganos, mas eu não reclamei porque não era cigano, depois vieram buscar os árabes, mas eu não reclamei porque eram árabes e quando vieram buscar a mim já não tinha ficado ninguém para reclamar." -----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, primeiro lugar quero dizer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que acho uma autêntica vergonha o que se está a passar hoje, a realização desta assembleia no mesmo dia que existe um evento da junta de freguesia, evento esse que já estava marcado há bastante tempo, portanto, não compreendo como é que pode ter marcado uma Assembleia para o dia de hoje, quando todos nós pedíamos lá estar, aliás eu estive lá, vi o senhor Presidente da Câmara também, mas tivemos que fugir para aqui, porque o senhor se lembrou que hoje é que é o dia da Assembleia. Queria também perguntar se o parecer sobre o tempo que me é atribuído, a mim e a



todos os outros independentes já chegou? Eu sei que já chegou, e por que razão é que o senhor não nos dá a nós, a conhecer o parecer que chegou, porque, na realidade, esse parecer não vai de encontro àquilo que era o seu objetivo, que era continuar a manter-nos com um minuto, manter-nos calados o mais possível, porque a sua forma de estar na democracia é assim, portanto, agradecia que fosse entregue à Assembleia e aos deputados esse parecer." -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, temos assistido nas últimas semanas à remoção da relva no eixo viário ou Avenida dos Descobrimentos. Eu diria que, numa primeira, digamos notícia, achei que seria uma boa ação, mas por aquilo que foi acompanhando, eu diria que a opção que se fez em termos de plantas é má, e a altura em que se faz esta intervenção é péssima. Penso que, não é preciso ter grandes conhecimentos de agricultores jardinagem para dizer que não se faz plantações em pleno verão, e se o objetivo era poupar água, não podia ser outro, então seria melhor deixar a relva secar durante o verão e no outono fazia-se a intervenção, poupava-se água de rega no verão e ganhava-se na perda das plantas que, de certeza, a perda seria muito menor. Portanto, fiquei espantado com esta intervenção, até porque o senhor Presidente tem feito intervenções com alguma sensibilidade para esta questão da água, e penso que sinceramente, agora não se percebe é como é que depois é no terreno, parece que as coisas acontecem exatamente ao contrário." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, digníssimos munícipes aqui presentes e lá em casa, um dos temas que me traz a esta Assembleia esta noite é recorrente, e tem a ver com a dessalinizadora que, pelos vistos, vem mesmo para Albufeira. Nós, enquanto Assembleia, fizemos um pedido de esclarecimento ao Governo da República, há relativamente pouco tempo e em tempo útil antes ainda deste anúncio e a resposta que nos foi dada foi uma resposta redonda que não esclareceu absolutamente nada. Aquilo que pretendíamos era uma informação atualizada sobre a evolução dos processos de instalação desta central de dessalinizadora, nomeadamente, termos acesso aos estudos técnicos, aos critérios usados para definir a sua localização, ao projeto ou estudo de avaliação de impacto ambiental e até agora bola, ou seja, a mim e a vocês todos, participaram deste pedido de esclarecimentos. Senhores deputados municipais, certamente que ficaram estupefactos quando no passado dia sete, o senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática anunciou que a dessalinizadora vinha para Albufeira e mais uma vez, sem apresentar nada, nem estudo ambiental, nem maquete do edifício,



nem localização, zero. Parece-me a mim que o próprio executivo municipal foi apanhado de surpresa. Eu quero perante esta Assembleia reafirmar que, ninguém está obviamente contra a dessalinizadora e àquilo que é a necessidade de termos água. Agora, eu acho que nós, enquanto instituição, esta Assembleia Municipal deve merecer respeito e acho que estamos a ser alvo de uma falta de respeito muito grande por parte do Governo da República. Reafirmo aqui que, este processo deveria ter sido conduzido com a máxima transparência e que isso nunca aconteceu e não está a acontecer e, por outro lado, seria pertinente questionar o porquê de não estar a acontecer. Eu reafirmei aqui e tenho provas disso, que as suas expropriações começaram. Há editais publicados e, portanto, é triste, é triste e é um desrespeito para quanto a esta Assembleia. E eu queria reafirmar isso aqui, e queria também dar a indicação de que a bancada do PSD/CDS, fará chegar ao Governo um voto de protesto escrito, dando a conhecer que realmente em tempo, esta Assembleia fez um pedido de esclarecimento que foi respondido de uma forma redonda ser nada responder e que, para já, o que sabemos sobre este processo é bola. Outro assunto que me traz aqui, tem a ver com aquilo que é a questão do reforço da segurança, que também e por nós Assembleia que, foi votado por maioria uma proposta de recomendação ao Governo da República e parece-me que não tivemos nenhuma resposta. Senhor Presidente da Assembleia, deixo aqui esta pergunta, pelo menos a mim não me chegou nenhuma resposta efetiva, no entanto, fazia parte do texto desta proposta de recomendação fazer também chegar aos deputados eleitos pelo Algarve de todos os partidos. Chegou aos deputados eleitos pelo PSD, e eu sei que em sede de Comissão de Segurança, esse assunto será brevemente abordado com o objetivo, inclusive de ser debatido no Parlamento e, portanto, aquilo que foi o trabalho desta casa no sentido de fazer chegar ao Governo essa reivindicação parece-me que irá ter pelo menos o cuidado devido e saberemos no futuro, depois qual será o será o resultado." -----

Presidente da Assembleia: "Só para esclarecer, que há pouco já lhe teria referido que está uma petição para ser discutida em plenário, e é essa informação que nós tivemos também na primeira comissão. A petição que foi enviada por esta Assembleia, chegou ao Parlamento, foi à primeira comissão e está em vias de ser discutida."-----

Dário Pereira: "Muito boa noite, venho enaltecer todo o trabalho efetuado pela AHSA aqui representados pela direção aqui presente, enalteço também o trabalho da Câmara Municipal, na pessoa do presidente da câmara, Carlos Rolo, a vereadora Cláudia



Guedelha, da Junta de Freguesia doutora Indaleta Cabrita, toda a colaboração que tem dado nesta instituição. Contudo, devido a rumores em redes sociais, bem como em comentários dos nossos munícipes, comentários esses que devemos levar em conta que manifestam a má conduta de funcionamento interno da AHSA. Devido a esta situação venho a esta casa solicitar ao senhor Presidente o seguinte: que solicite ao presidente da AHSA que se digne, que se faça mandar, que venha a esta Assembleia explicar, espelhar ou mesmo que internamente, o relatório de contas, bem como o manual de acolhimento de todos os funcionários, bem como as novas admissões de utentes, novos utentes da associação. Venho por este meio dizer da minha pessoa, que realmente a AHSA não funciona bem, em termos de direção, é o meu nome, Dário Pereira que está a dizer isto, é a maneira que eu entendo que devo demonstrar nesta casa, portanto, eu peço ao senhor Presidente que solicite na pessoa do senhor Carlos Santos que venha espelhar todos estes pontos que eu venho aqui solicitar.” -----

Raúl Ferreira: “Quero começar por saudar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, saudar os demais presentes e público em casa. Antes de começar quero fazer uma declaração de interesse, eu sou Presidente do Conselho Fiscal da AHSA, estou aqui na qualidade de deputado municipal e vou intervir nessa qualidade, sendo certo que não deixo de ser também Presidente do Conselho Fiscal da AHSA. Quero começar por dizer que a AHSA pauta-se em termos financeiros e não só, pelo cumprimento das regras que existem para as associações, como o senhor Presidente da AHSA afirmou, é uma IPSS, portanto toda a contabilidade e todas as contas da AHSA estão sujeitos a uma audição por parte da Segurança Social, assim como também está auditada pelo Conselho Fiscal, e as contas são validadas em Assembleia Geral em que participam todos os associados, em que todos têm oportunidade de ver as contas, de ouvir a explicação e de aprová-las. Até à data, posso dizer que sou Presidente do Conselho Fiscal, se não me falha a memória, pelo menos há três mandatos e até à data não houve qualquer reparo às contas apresentadas pela direção. Eu venho aqui, porque o meu colega Dário acabou de dizer que existe aqui uma certa agitação nas redes sociais e até mesmo na penúltima sessão de Câmara, penso que houve aqui uma questão levantada pelo senhor, eu gosto de falar em nomes, sou uma pessoa direta, portanto, estou habituado a falar em nomes, o senhor Ricardo Jorge Almeida das Neves, levantou aqui uma questão há cerca de um recibo de uma utente, que fez um trabalho dentário e ele colocou aqui a questão, a



hipótese de os membros da AHSA, de alguma forma, tirarem proveito de dinheiros que não são deles. Desde já repudio toda essa afirmação, porque é falsa. Tenho absoluta confiança nos meus colegas da Associação e tenho a certeza absoluta que ninguém está ali para se servir da associação, pelo contrário, estão ali para servir a população e a associação. Eu costumo dizer que na nossa vida há três grupos grandes de pessoas na nossa sociedade, há um primeiro grupo que são as pessoas pró-ativas, as pessoas que se preocupam com as questões sociais, que intervêm nas associações, nos clubes desportivos, na política, são pessoas pró-ativas, existe um segundo grande grupo de pessoas, eu costumo dizer que são pessoas que acreditam no milagre de Fátima, acreditam que Dom Sebastião há de voltar numa manhã de nevoeiro e são aquelas que se sentam no sofá e que não incomodam, mas também não fazem nada. Depois existe um terceiro grupo de pessoas, que são os maldizentes, são os inquisidores, são aqueles que vêm fantasmas em tudo o que é feito, vêm tudo negativo e gostam, desculpem a expressão, chafurdar na imundice, e sinceramente, eu penso que este senhor Ricardo Jorge Almeida das Neves, com o devido respeito, integra-se neste terceiro grupo. E digo isto de uma forma muito convicta e muito convicta porquê? Eu convidava este senhor Ricardo Jorge Almeida das Neves, quando falar na idoneidade e na lealdade e verticalidade das pessoas da AHSA, se recordasse do seu passado. Efetivamente, este senhor em dois mil e dezassete, no âmbito processo oitocentos e trinta e sete barra quinze, ponto seis T nove abf, foi condenado pelo crime de burla, uma burla que cometeu na FRAPAL, que é uma federação de Associação de Pais, em que ele simplesmente ficou com três mil e quinhentos euros que não eram dele, para pagar uma fatura à Panrico e outra ao Banco Santander e, portanto, estão a ver idoneidade e verticalidade desta pessoa para fazer estas afirmações. Eu convido, a ele quando quiser realmente fazer notícias na net, coloque o caso dele, certamente que os acólitos dele gostarão de comentar toda esta situação. E volto a reiterar que estou perfeitamente à vontade com aquilo que a AHSA e os membros sociais fazem e penso que a melhor resposta em relação à AHSA e àquilo que a AHSA faz e o modo como a AHSA funciona e auscultar os utentes, saber se eles estão satisfeitos ou não. Esse penso que é o nosso objetivo, de todos nós que estamos na AHSA, trabalhamos para os utentes, os funcionários que lá estão também trabalham para os utentes e, portanto, todo este ruído afeta-nos pessoalmente, mas em nada interferem no bom funcionamento e nos objetivos que a AHSA se propõe. Relativamente a este senhor



Ricardo Jorge de Almeida das Neves, não sei se ele está aqui, eu não o conheço, penso que não, mas certamente que estará a ouvir, vou-lhe dizer, o palco dele da minha parte acabou, a partir deste momento não lhe dou mais palco, o que ele quer realmente é ser notado, mas da minha parte, deixará de ter essa benesse e certamente terá o palco no sítio certo que são os tribunais." -----

Domingos Coelho: "Em resposta ou não, como se queira, ao deputado Carlos Quintino e a propósito da dessalinizadora e não quero antecipar ao estudo de impacte ambiental e aos desenvolvimentos que possam surgir daqui para a frente, gostava só de lembrar alguns aspetos que à partida, penso que são positivos para o concelho e há outros que, digamos que até colocam o concelho, como eventualmente, aquele com melhores condições para o investimento. Para já, é um investimento que terá à volta de quinze, vinte lugares de trabalho, portanto, postos de trabalho qualificados. Quando se diz que a Albufeira só tem turismo, podemos ter ali quinze a vinte postos de trabalho de qualidade e outros, com certeza indiretos. Depois, porque que em parte Albufeira é escolhida? Porque está no centro do Algarve e entre outra questão e penso que até uma forma de Albufeira ser solidária ou responder a essa solidariedade, diria regional, Albufeira é o concelho de maior consumo per capita de água. Não há nenhum concelho que tenha um consumo maior per capita de água, provavelmente quererá dizer que tem muito turismo. Agora, se é o que consome mais, eu acho que tem mais alguma responsabilidade a estar disponível para aceitar este investimento e, por outro lado, a sua posição geográfica central está exatamente no eixo das águas das barragens de Sotavento com as barragens de Barlavento, exatamente aqui nesta proximidade que passam exatamente essas condutas que fazem a ligação entre umas e outras barragens. Claro que podemos levar agora aqui todo o tempo a dizer porque é que não é Vila do Bispo, porque é que não é Castro Marim, ou porque é que não é Monchique? Considero que o concelho pode reivindicar algumas contrapartidas, mas penso que não se pode pôr, digamos nesta posição de que não quer o investimento. Outra situação que não tem nada a ver com esta e que aproveito já agora que estou aqui, tem a ver com as novas rotas do GIRO. Há uns três anos, as pessoas residentes na zona do Cerro da Águia fizeram abaixo assinado, por acaso, eu também participei nesse abaixo assinado, no sentido de passar por lá o GIRO. Isso acontece, de facto, só que a paragem que foi colocada é já em Patroves, junto a um estabelecimento turístico e na zona do Cerro da Águia, as pessoas ficam exatamente na mesma ou ainda pior. A proposta seria colocar



uma paragem exatamente junto ao ecoponto, portanto, junto a instalações da Câmara no Pátio, que até servia para os funcionários da Câmara. Porque, tal como está, não serve aos funcionários, não serve às pessoas do Cerro da Águia e as pessoas que fizer abaixo-assinado estão exatamente de igual forma ou pior do que estavam antes." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, Albufeira Prometida teve conhecimento através da comunicação social e Portugal todo que a Câmara Municipal do Porto irá instalar numa primeira fase setenta e nove câmaras de vigilância, a funcionar já no dia vinte e dois, portanto, ontem. Numa segunda fase, cento e dezassete câmaras, noutras zonas nobres da cidade, existindo a possibilidade de uma terceira fase, o qual irá funcionar vinte e quatro horas, sobre vinte e quatro horas, todos os dias da semana e que serão controladas através de uma sala de operações. Tendo presente os últimos acontecimentos em Albufeira, que continuam a acontecer, porque não acabou, pergunto e nós Senhor Presidente? Para quando? Será que é assim tão difícil implementar este sistema em Albufeira de modo a garantir a segurança de todos? Não me parece muito difícil. Segunda questão que temos é sobre o lixo, há algum tempo que foi dito pelo Senhor Presidente ou na última Assembleia ou na antepenúltima, que a empresa que presta os serviços de recolha do lixo irá proceder à substituição dos contentores e dos ecopontos, o que aconteceu realmente em alguns sítios e muito bem. No entanto, esta semana, Albufeira Prometida fez um levantamento fotográfico de vários locais com contentores e ecopontos e constatamos que existem zonas na cidade onde o lixo não é recolhido regularmente, acumula-se a céu aberto, causando sujidade e mau cheiro, para não falar do mau aspeto, o que consideramos um atentado à saúde pública. É evidente que a recolha do lixo nas ruas do nosso concelho não tem sido a mais eficaz. Questionamos se o executivo tem conhecimento destas situações e caso tenha que certamente terá, recomendamos que a empresa que presta serviços à Câmara Municipal da recolha do lixo que o faça diariamente ou duas vezes por dia, caso necessário, principalmente nas zonas nobres da cidade, onde existe nesta altura do ano, maior concentração de pessoas e serviços de restauração em pleno funcionamento. É urgente que esta situação seja vista com verdadeiros olhos de ver. Entrego agora algumas imagens que recolhemos ao longo da semana, para confirmar estas situações que está à vista de todos." (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Sílvia Dias: "Boa noite, Albufeira é um dos concelhos do país com cerca de trinta quilómetros de costa, vinte e cinco praias. Albufeira é um dos concelhos com mais



bandeiras azuis, para ter estas bandeiras azuis, existem um conjunto de critérios, desde a qualidade da água até às acessibilidades. Gostaria de saber o que é que esta Câmara está ou vai fazer para que os nossos visitantes não estacionem nas arribas. Nós sabemos que temos praias que estão a ficar ocupadas com caravanas, com viaturas e visto uma das missões desta autarquia, deste executivo é o meio ambiente, por isso, gostaria de saber qual é forma que esta autarquia está a pensar em contornar esta situação. Outra questão é que, realizei uma pesquisa sobre as concessões das nossas praias, que são belas, dezasseis do seis de dois mil e vinte e um, e mediante a pesquisa, tínhamos dezassete apoios de praia, de utilidade privada. Gostaria de saber também se e o quê que esta autarquia está a fazer ou vai fazer para fiscalizar estas concessões de praia? Porque algumas não têm uma vez a fita métrica, mas parece-me que ligeiramente está ali um metro a mais, por isso, aguarda então resposta." -----

André Lima: "Boa noite a todos, em primeiro lugar em relação ao abaixo-assinado que aqui apareceu pela JuvAlbuera e pela Macramé, queria dar os parabéns e agradecer por terem trazido as preocupações dos munícipes neste formato aqui à Assembleia, e quero questionar a mesa, se no seguimento do que aconteceu na última Assembleia Municipal, também tenho liberdade bater aqui umas palminhas à iniciativa, porque na última Assembleia tivemos pelo menos duas rondas de aplausos iniciadas pela bancada do PSD e eu tinha ideia que não era suposto isso acontecer, até por situações anteriores, em que o público se manifestou e foram chamados à atenção pelo Presidente, não que eu discorde das palmas, até gosto muito, por mim podemos todos bater palmas é só para tentar perceber o critério em relação à última Assembleia. No seguimento do abaixo-assinado para o Senhor Presidente Rolo, já se percebeu que há aqui muita gente, pelo menos cento e quarenta e quatro pessoas, que eu fui ver no abaixo-assinado, que estão atentas ao pouco interesse do executivo, entre outras coisas, pela cultura. Como pedi na última Assembleia, volto a pedir, se existe e se me podem facultar o documento orientador da política cultural do concelho. O segundo assunto, no dia vinte e seis de maio foi cortada uma árvore na Rua Almirante Gago Coutinho, que vai do Pau da Bandeira à INATEL, pelo que percebi era uma árvore que estava morta, retiraram a árvore, taparam o buraco, ficou impecável, mas ficou só mesmo canteiro. A minha questão é se há algum plano para substituir a árvore, que estava ali há dezenas de anos. Eu andei na cresce lá no final dessa rua e acho que a árvore já lá estava, que é a única árvore naquela rua toda, até lá em baixo que dava



alguma sombra, de resto são palmeirinhas daquelas pequeninas. Estamos a falar no principal miradouro da cidade, além de que vi nas redes sociais que fomos a autarquia do ano, num prémio na área do ambiente, que falarei mais à frente. Terceiro ponto, um pedido de esclarecimento em relação a este último evento dos DJs, que aconteceu na Praia dos Pescadores. O Presidente tem o tal, que eu brinquei no outro dia, o super pelouro da Cultura, Turismo e Atividades Económicas e o Senhor Vice-Presidente, tem o pelouro dos eventos desportivos das relações internacionais. Em qual destes pelouros se enquadra este evento? Na cultura, nas atividades económicas, nas relações internacionais? Ou noutra qualquer? Quarta questão, em relação à feira de caça e pesca, já percebemos que vai voltar em julho, o ano passado o Presidente prometeu aqui que ia tentar fazer este evento fora de época alta. Falou-se muito, porque já está tudo cheio em julho e não necessitamos necessariamente desse tipo de feiras para atrair pessoas, porque estava muito calor e chegaram morrer animais. A minha questão é, primeiro, porque é que não conseguiu mudar essa data? Segunda questão, estão garantidas este ano, as condições para que os animais não morram de calor? E, perdoe-me a brincadeira, para que os patos possam de novo vir de fim de semana e usufruir da sua gaiola milionária. Terceiro um bocadinho mais a sério, se já há plano de animação para esta edição? -----

Adriano Ferrão: "Boa noite, queria falar aqui sobre dessalinizadora e ainda sobre segurança. Eu quero deixar bem patente aqui e ao público que está em casa que o PSD/CDS somos favoráveis ao processo de criar centrais de dessalinização, quer no Algarve, quer no país onde ele mais necessite e com certeza, no sul onde as secas são mais graves. De modo que o que nós temos como óbice é o processo, o modo como o Governo trouxe, no fim de contas, toda esta situação da dessalinizadora aqui no concelho de Albufeira, que me pareceu feita com passos um pouco atropelados. Eu até percebo que a dessalinizadora possa ser mediaticamente positiva até do modo propagandístico, já que sabemos que seremos o município pioneiro a ter uma unidade destas e este pode ser realmente uma mais-valia mediática, contudo, gostaríamos de ter aqui quem nos tirasse algumas dúvidas, dúvidas até essas porque no fim de contas, isto é televisionado, vai por vídeo até ao público e o público ficasse mais inteirado. Acho que os munícipes de Albufeira deviam estar mais inteirados do que é esta central de dessalinização. Por outro lado, também gostaria de saber como é que esta central de dessalinização pode trazer algumas contrapartidas, alguns benefícios ao concelho, o



que é que estará previsto para tal e, enfim, acho que o Governo devia ter isso em atenção e em consideração para com o município onde vai pôr essa infraestrutura. Há pouco ouvi aqui falar de que havia aqui um grande benefício, porque Albufeira, como consumia mais do que os outros concelhos, teria benefícios por isso, mas o senhor deputado esqueceu-se na altura, que essa água vai ser injetada na rede, não é? E por isso, não vai favorecer Albufeira, vai ser colocada para o Algarve todo, não havendo benefício para nenhum munícipe em Albufeira, o resto é relativo se vai permitir mais investimento ou não, poderia ser outro tema de discussão. Quanto à segurança, eu gosto de pôr aqui, muitas vezes a tónica no MAI, ou seja, no Ministério da Administração Interna, repetidamente Albufeira pediu reforços de efetivos eficazes, e não são efetivos para reforço no verão, é um reforço eventual todo o ano, porque Albufeira já cada vez mais, vai conseguindo combater a sazonalidade e os reforços seriam desejáveis que cá ficassem, um reforço do corpo efetivo de Albufeira. Pediu-se também muitas vezes ao MAI que eu lembro-me bem, aliás, onde está a polícia de trânsito que foi pedida? Aquela esquadra foi feita na altura para receber a PSP e a PSP, já foi pedida várias vezes ao MAI e também nunca veio para cá, nunca contemplaram Albufeira, acham que Albufeira não merece ter, com a população que tem no verão, não parece ter a PSP. Depois esta história de o SEF ter acabado, o SEF deixar de ser aquela instituição que controlava a chegada de estrangeiros, nós não temos mão nem temos meios para realmente fazer um controlo efetivo de estrangeiros, o que faz com que nós tenhamos aqui uma imigração nem toda ela é desejável, são bem-vindos aqueles que vêm por bem, que vêm trabalhar e que pagam aos seus impostos, mas não são bem-vindos aqueles que sejam meliantes, que venham para aqui perturbar a ordem pública. Quanto à videovigilância, sabemos que está em concurso e para breve, a Câmara irá dispor aqui no concelho dessa mesma videovigilância." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia de uma forma muito sucinta, o que nós queremos saber é quais foram os critérios que determinaram o governo trazer essa indústria para Albufeira? É isso que queremos saber, o que estamos a perguntar é absolutamente linear, mostrem-nos lá a documentação que nos diga que realmente é favorável e é positivo para o Algarve e para Portugal e que não há impacto ambiental expressivo para que a dessalinização venha para Albufeira, é só isso. Nós não estamos a criticar absolutamente nada, ainda, daquilo que é intenção. Estamos a criticar da



forma como foi conduzido o processo, para que fique claro. Em relação ao Domingos Coelho, com o devido respeito, caríssimo deputado, toda essa positividade que viu nesta dessalinizadora, devia ver noutros processos. Recordo, por exemplo, que aquilo que é a variante tão prometida e anunciada nesta sala com pompa e circunstância há mais de 10 anos, continua por fazer com terrenos expropriados." -----

Dário Pereira: "Boa noite a todos novamente, pegando aqui nas palavras do Doutor deputado do MIPA, Raul Ferreira, quando a gente verifica um relatório financeiro, não assina de cruz, eu acho que há de aprofundar muito mais fundo do que assinar de cruz. Em relação aqui à AHSA, eu penso que a AHSA devia dar esclarecimentos, mas muitos esclarecimentos, tanto ao executivo da Câmara Municipal de Albufeira, como à Junta de Freguesia de Albufeira. Em relação ao que se passou aqui também com o município Ricardo Neves, eu acho que não se devia trazer essas coisas e admiro, que o Senhor Presidente, aceitar isso aqui, porque a dignidade quando uma pessoa julgada e automaticamente condenada, é livre." -----

Domingos Coelho: "Relativamente à dessalinizadora e contrariamente ao que os senhores deputados do PSD quiseram afirmar, eu não disse que o facto de Albufeira ser o concelho com maior consumo de água per capita, que possa tirar daí alguns, digamos, benefícios, o que eu disse é que, é também, digamos, uma atitude de solidariedade para com todo o distrito, toda a região, assumir que se consome mais, também possa dar o contributo para que a indústria, como a alguém chamou, aqui fique colocada. E em relação ao pedido de informação, eu queria lembrar que, no âmbito da diríamos que toda esta discussão já estiveram aqui nesta sala por duas vezes entidades responsáveis por este investimento a esclarecer. Não percebo porque os senhores deputados não puseram todas as perguntas na altura devida, penso que é demasiado óbvio, não é? Tiveram oportunidade, não o fizeram ou parece que querem prolongar agora tudo isto." -----

Raul Ferreira: "Voltando à questão que foi aqui levantada pelo senhor deputado Délio, Dário peço desculpa pela troca de nome, foi confusão, portanto, eu quero dizer-lhe o seguinte, eu também sei que, a partir do momento que as pessoas cumprem a pena cumprem a sua obrigação perante a sociedade, como é óbvio, mas também sei que tenho direito ao meu bom nome e sei que o senhor que eu me referi, o senhor Ricardo publicou, por exemplo, ainda ontem ou antes de ontem, um saco branco e um saco azul em que dizia que a ASHA mete para lá o dinheiro e servem-se do dinheiro. Ouvi



também, pôr em causa a dignidade dos meus colegas de Associação e a minha própria dignidade enquanto Presidente do Conselho Fiscal, porque valido essas contas, e digo já que também estou disponível para mostrar as contas a quem de direito, nomeadamente ao Ministério Público, que eu penso que será o organismo em Portugal que tem essa faculdade e a Autoridade Tributária. Também, estamos perfeitamente à vontade com isso, para prestar contas e aliás, não estamos disponíveis, nós queremos perante toda esta conjuntura que se gerou aqui prestar contas, queremos esclarecer e que a verdade venha ao de cima porque efetivamente estamos a falar de coisas sérias que tem a ver com a reputação das pessoas. Eu tenho cinquenta e seis anos, tenho filhos, tenho netos, não estou para ser enxovalhado nas redes sociais e em sessões de Câmara por alguém que eu não conheço, e que apenas deve ter um caso mal resolvido com alguém da AHSA ou com a AHSA e levanta estas suspeitas. Eu tenho a minha vida profissional e pessoal, não estou para ser enxovalhado por ninguém, senhor deputado, portanto, agradeço que façam a fiscalização, que vejam as contas e que a verdade venha ao de cima, que nós estamos cá para prestar contas, não fugimos a ninguém, as nossas Assembleias são públicas, portanto, quem quiser assistir pode assistir. A verdade é que na altura das eleições não aparecem listas, não aparece ninguém a querer tomar conta da associação, são sempre os mesmos. Não sei porquê, para dizer mal nos fóruns sociais aparecem muitos, todos sabem tudo, todos veem defeitos, mas ninguém é proativo para comparecer nas Assembleias Gerais, apresentar listas e tomar as rédeas da situação. Portanto, eu desafio os senhores que falam nas redes sociais a fazerem alguma coisa de útil.” -----

Luna Silva: “Em nome do senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Doutor José Carlos Rolo, saúdo todos os presentes e todos aqueles que nos veem na plataforma Youtube. No passado dia oito de maio de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas, o município de Albufeira promoveu uma ação de sensibilização sobre bicicletas e trotinetes elétricas, iniciativa que contou com a colaboração da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Prevenção Rodoviária Portuguesa e o Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana de Faro. Foi abordado o enquadramento legal, a legislação em vigor no âmbito dos veículos elétricos, riscos e comportamentos na condução dos veículos e a enorme importância da fiscalização. A variação deste município tem realizado, e bem, ações de sensibilização de prevenção rodoviária nas escolas e na escola fixa de trânsito. Contudo, o foco desta intervenção



trata de ser a fiscalização do seu uso e de cumprimento das regras estradais. A entidade da ANSR informou que os acidentes com trotinetes registados pela PSP e pela GNR aumentaram de oitenta e sete, no ano dois mil e vinte, para duzentos e quarenta e nove no ano dois mil e vinte e um, e este aumento é deveras preocupante. Das intervenções pelos especialistas foi dito que, quem circula de trotinete está sujeito a várias regras de trânsito, algumas que passo a citar, as trotinetes elétricas com motor até duzentos e cinquenta watts e limitadas a vinte e cinco quilómetros à hora, equiparam-se a velocípedes e devem circular na ciclovia e quando não exista devem circular na estrada, sempre encostados à direita, devem usar luzes e refletores ao anoitecer, ou em condições de fraca visibilidade, não podem circular com mais de um ocupante, estão proibidos de circular nos passeios. Durante o seu uso, os condutores estão proibidos da utilização do telemóvel e de auscultadores, não podem conduzir sobre o efeito da taxa de alcoolemia e devem estar acompanhados de documento de identificação. Por fim e apesar de não ser obrigatório o uso de capacete pelos condutores, o mesmo é sempre aconselhável por razões de segurança, à semelhança do seguro que, apesar de não ser obrigatório é todavia, aconselhável a contratação de um seguro de responsabilidade civil contra terceiros. As trotinetes elétricas são veículos que circulam de forma rápida e económica, não exigem que os seus condutores tenham carta de condução, mas ainda assim, têm de cumprir as regras de trânsito, contudo, e por via do aumento significativo do crescimento do uso desta alternativa de mobilidade, alguns municípios, como o de Lisboa e do Porto, têm vindo a preparar regulamentos específicos com o objetivo de acautelar as boas práticas do uso e da segurança rodoviária. Foram também celebrados acordos de colaboração com operacionais, como é o caso da Bolt. Sobre a fiscalização, a mesma é efetuada pela PSP, pela GNR e ainda pela Polícia Municipal. Senhor Presidente, diariamente tenho vindo a observar que, no concelho de Albufeira, o uso destas trotinetes elétricas tem vindo a crescer. Para além deste aumento, tenho visto também que muitos condutores não cumprem com as regras estradais que referi há pouco. O uso das trotinetes deve cumprir o disposto das normas do Código da Estrada, nomeadamente os artigos oitenta e dois número cinco, oitenta e quatro, o número um e cento e doze. Caso não o façam, devem ser passíveis no pagamento de uma coima e, por tal, é necessário e preciso que haja uma fiscalização presente e ativa, a fim de não causar perturbações à circulação e a não prejudicar a acessibilidade e a segurança das pessoas e bens no espaço público.



Deve haver um acompanhamento à tendência de aumento da utilização das trotinetes, bem como as consequentes questões relativas à segurança rodoviária, porque estes condutores partilham as vias de circulação com os demais veículos motorizados. Face ao exposto, coloco as seguintes questões sucintas: A Câmara Municipal tem em vista a elaboração de algum regulamento, a fim de regulamentar este meio de transporte? Que atos de fiscalização têm sido praticados pela autoridade, nomeadamente a Polícia Municipal, a fim de se fazer cumprir o estabelecido no Código da Estrada?" -----

Carlos Quintino: "Caríssima Assembleia aquilo que todos nós nos apercebemos diariamente na rua, que é a falta de capacidade notória da Algar, a falta de capacidade operacional e recolher em devido tempo os ecopontos que estão cheios por todo o lado de vidro, plástico e papelão. E portanto, esta Assembleia brevemente terá oportunidade que ter aqui uma moção sobre esse assunto do PSD/CDS para deliberar nesse sentido, porque realmente muitas das vezes os munícipes não têm esta noção, a responsabilidade desta parte é da Algar, que naturalmente tem participação do município e de todos os municípios do Algarve, mas o problema tem sido transversal no Algarve daquilo que eu me apercebo. A Algar com toda a estrutura que tem e a capacidade que deveria ter, porque tem uma estrutura grande, bem equipada, não dá resposta nesta matéria e eu acho que nós devemos ponderar sobre isso e tomar uma posição sobre isso, fica aqui a indicação que vamos apresentar uma moção sobre essa matéria." -----

Paolo Funassi: "Só para dizer que peço que os munícipes possam voltar a comentar nos vídeo Youtube em direto, faz algumas sessões que já não é possível comentar na transmissão do YouTube da Assembleia." -----

Presidente da Assembleia: "Irei responder às duas questões que foram colocadas, uma delas pelo senhor Leonardo Paço, só para lhe dizer que a decisão que foi tomada não é do Presidente, é uma decisão da Assembleia. A decisão relativa à introdução do ponto da ordem de trabalhos será tomada a seu tempo, uma vez que houve necessidade de esclarecer alguns pontos que não estavam devidamente esclarecidos e que brevemente serão clarificados. Quanto à questão de ser ou não democrata, penso que a minha vida responde por si, pelo que não tenho mais nada a dizer. Quanto ao senhor deputado Dário, só para esclarecer que não pareceu, que a intervenção do senhor deputado Raul Ferreira fosse ofensiva, limitou-se a enumerar alguns factos que aconteceram, no entanto, cada membro desta Assembleia é responsável pelas suas declarações e se,



eventualmente, os senhores entenderem que há aqui alguma ofensa, terão os meios necessários e disponíveis, nomeadamente o Ministério Público para fazer a respetiva queixa relativamente a esta matéria." -----

Dário Pereira: "Caríssimo Presidente da Assembleia, Doutor Francisco Oliveira, eu acho que o Senhor, eu acho que o doutor está a levar isto num carácter, o que eu afirmei aqui foi uma questão muito simples a dizer, trazer uma pessoa julgada para aqui que já foi condenada novamente, e o que o Presidente aceitou isso, devia ter feito um reparo ao deputado nesta situação, porque automaticamente a pessoa julgada e condenada, está limpo o cadastro, isto é a minha opinião, e vale o quanto vale. O senhor é advogado sabe melhor do que eu de leis." -----

Presidente da Assembleia: "Senhor deputado tem toda a razão, mas o facto levantado pelo senhor deputado Raúl Ferreira não constitui qualquer ofensa ou qualquer crime. Porém, se assim o entenderem, tem os meios ao vosso dispor para tomar as providências necessárias." -----

Dário Pereira: "Basta ver as gravações, voltar atrás e o que foi dito aqui pelo deputado Raul Ferreira, que também é advogado, pelo que sei, o único que não é advogado aqui sou eu. A minha maneira de ver, automaticamente não se deve pôr o nome de uma pessoa em causa, que já foi condenada e automaticamente voltar a ser condenado em praça pública, por motivos que fez que já pagou, só isto Doutor." -----

Raul Ferreira: "Quero esclarecer apenas a esta Assembleia o seguinte, o que eu disse aqui foi que o senhor em questão tinha sido condenado por uma ação ilícita e claro que ele pagou com a sua pena essa ação e o que eu aconselhei foi que, o senhor quando quiser falar efetivamente de coisas relativamente a má conduta em Associações, que olhasse para o caso dele e publicasse nas redes o caso dele, que é um caso que ele efetivamente tem um conhecimento direto e pode falar com algum à-vontade sobre ele e foi apenas isso e não mais do que isso. Não estou aqui a condenar o senhor nem julgar novamente pelo crime que ele cometeu, nem pretendo isso, cometeu o crime, foi punido, acabou como é óbvio." -----

Presidente da Câmara: "Depois destas intervenções todas espero que fique esclarecido e que não seja igual a outras telenovelas que se tem passado, mas acho que isso já está ultrapassado. Relativamente ao senhor deputado Domingos Coelho sobre a questão da relva que foi arrancada, o objetivo era passar no final do verão, mas por uma questão



contratual e porque tem que estar terminada até ao fim do ano, teve de ser agora nesta altura, apenas por isso, mas o objetivo é precisamente esse, é gastar menos água, não só agora, mas futuramente, claro. Sobre a questão da dessalinização, muita gente já aqui falou sobre isso, eu também lamento o facto do Senhor Ministro do Ambiente ter anunciado no Parlamento num determinado dia, que eu por acaso não ouvi, mas disseram-me que ele tinha anunciado que era em Albufeira, embora já se falasse numa das hipóteses que era Albufeira, mas não foi dito que era em Albufeira. Evidentemente, surgiram ao longo deste tempo, segundo disseram, várias hipóteses de vários concelhos, foram sendo eliminados uns e outros, provavelmente Monchique e São Brás ficaram logo de parte, com certeza, não reza a história sobre a dessalinização. Também percebo que há aqui alguma falta de forma e, pelo que sei, o estudo de impacte ambiental ainda não está terminado, deve terminar nos próximos quinze dias ou três semanas, no máximo, que vai estar em discussão pública, portanto, vão ter oportunidade de ver e também corroboro que eu promovi aqui duas reuniões com os membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, onde foram esclarecidas algumas questões, provavelmente não tudo, porque as dúvidas nestas coisas são muitas, e quando as dúvidas são muitas também nem todas é fácil haver o seu esclarecimento, portanto, mas penso que algumas foram esclarecidas. Fala-se aqui a questão de compensações, na altura, apresentei aos membros do Conselho de Administração das Águas do Algarve, precisamente situações no sentido da melhoria dos acessos àquela zona, com uma pista ciclável, com pista pedonal, com pavimentação do caminho de acesso à aquelas praias, eventualmente um centro de interpretação ambiental por aí fora. Foi as compensações que entretanto falei e aquilo que foi dito aqui publicamente, aparentemente, teriam sido aceites, pelo menos foi aquilo que me pareceu ser público. Relativamente ainda à questão da dessalinização, obviamente que acho que será importante, após a saída do estudo de impacto ambiental, haver aqui uma sessão de esclarecimento, talvez com mais pormenor, com mais conteúdo do que propriamente quando é no princípio, quando as coisas ainda estão muito pela rama e muito ainda no âmbito daquela penumbra do desconhecimento, espero que isso possa vir a acontecer e penso que poderá ser útil. Sobre a questão da segurança, neste momento, temos já um reforço de vinte e duas unidades no pelotão de intervenção e mais seis estagiários. Não é pelos estagiários que vem a grande melhoria da segurança, mas, enfim, sempre é mais alguma coisa. Sobre a questão dos resíduos sólidos, a questão da limpeza urbana,



faço minhas as palavras do deputado Carlos Quintino sobre a questão do papel da Algar, já tenho dito várias vezes e é bom que todos os deputados municipais e todas as pessoas estão aqui presentes, esclarecem bem essa dúvida e resolvam bem essa dúvida, tudo o que é resíduos recicláveis a recolha é da responsabilidade das Águas do Algarve. Evidentemente, que nós, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, estamos atentos, muitas vezes as juntas de freguesia e a própria Câmara vão levar os envoltentes desses ecopontos aos vários sítios de recolha e faz-se substituir à Algar, mas a Algar é a única responsável pelos ecopontos do vidro, do papel e das embalagens, portanto, não é Câmara. Evidentemente, a concessionária que a Câmara contratou é responsável pelo outro lixo, outros resíduos que não aqueles, de qualquer das maneiras é importante que façam chegar cada vez que vem uma situação deste tipo para ser resolvida de imediato, por exemplo em algumas zonas da baixa, neste momento, estão a ser recolhidas diariamente, várias vezes e porta a porta, não sei se está a funcionar bem, se está a funcionar mal, em alguns casos está a funcionar bem. Espero que estas coisas relacionadas com a questão do lixo, com a questão da iluminação pública, o senhor Diretor de Departamento Batalha está aqui presente, espero que tome nota das ocorrências e amanhã de manhã vá inteirar-se dessa situação e mostrar a quem de direito algumas coisas. Eu quando digo a quem de direito, porque há aqui duas empresas, que é importante referenciar e referir o trabalho que elas têm nos concelhos, não é só neste concelho, nos concelhos todos, porque convido-os a ir a outros concelhos aqui perto e claro, que com o mal dos outros pode a gente bem, e não quero também estar a comparar com outros concelhos, não é esse o caso, mas o trabalho de Algar e da Eredes, é neste momento, um trabalho com grandes deficiências, não corroboro muito bem com aquilo que o deputado Carlos Quintino disse, que a Algar é uma empresa bem equipada e bem municada de pessoas, não é, neste momento, não é, já foi em tempos. Agora, neste momento, está um pouco, penso eu a prestar um mau trabalho, principalmente pela falta de motoristas e pela falta de equipamentos também. Substituiu alguns ecopontos, porque foi depois de muita pressão é que fizeram isso. Relativamente às questão da videovigilância em Albufeira tem tido vários processos, foi um processo que começou há vários anos, com setenta e duas câmaras, já devidamente localizadas o seu sítio, portanto, só essa parte da localização das câmaras demorou imenso tempo, depois houve uma outra questão que a Guarda Nacional Republicana entendia e já disse isto aqui também, mas parece-me que



não é de mais repetir várias vezes, que entendia que o cabo de fibra, que liga da câmara ao servidor que vai estar no quartel da GNR, entendia que devia ser dedicado, no entanto, nos municípios onde a responsabilidade era da PSP, porque quando alguém disse aqui Guarda Nacional Republicana e PSP, não pode haver em duas localidades as duas forças de segurança, portanto, ou só há a Guarda nacional Republicana ou só há PSP. Eu lembro-me perfeitamente, este posto era da Brigada de Trânsito e quando foi para ali a Brigada de Trânsito discutiu-se na altura, se deveria vir a Brigada de Trânsito ou a Polícia de Segurança Pública e se tivesse vindo a Polícia de Segurança Pública para aquele quartel onde agora está a Brigada de Trânsito, com certeza que não teria vindo a GNR. Assim como há alguns concelhos do Algarve que têm a PSP, nomeadamente Lagos, Portimão, Olhão, Faro e Tavira. Depois a questão da paragem nas arribas, obviamente, uma vez mais peço aqui a atenção do engenheiro Batalha para verificar essa questão da proibição, colocação dos sinais de proibição, até para o perigo das arribas, mas também com perigo das próprias pessoas que estão lá estacionar. A questão dos apoios de praia, terão que ser fiscalizados. O deputado André Lima continua a falar no pouco interesse pela cultura, eu não sei onde é que ele tem andado estes dias todos, que não veio à Assembleia, não sei onde é que ele está, mas eu convido a ir a Paderne, ao Centro de Artes e Ofícios de Carlos Silva e Sousa, convido a ir à Galeria de Arte João Bailote, convido a ir à Galeria de Arte Samora Barros, convido estar presente em concertos, a ouvir a programação do auditório, convido a ver a programação da biblioteca, a apresentação de livros, por exemplo, e muitas outras coisas. Houve espetáculos de rua, o Albufeira Sounds, por exemplo. Esta teima dele pela cultura, ainda um dia teremos de perceber isso. Depois, se a Câmara já tem um plano para o buraco da árvore que foi arrancada, peço ao senhor Diretor Batalha para elaborar um plano para resolver o problema da árvore que estava morta e foi arrancada. Saber se o Albufeira Sound é de um pelouro ou de outro, não está aqui muito em causa, até porque é fácil de saber qual é o pelouro e porquê. A feira de caça e pesca, eu disse que seria importante que a feira de caça e pesca fosse feita noutros meses, pelo menos no mês anterior, no mês de junho ou até maio, caso fosse possível, mas a Federação de Caçadores do Algarve sempre teve por tradição nestas dezenas de edições, fazer a feira de caça e pesca sempre no mesmo período. Para nós, evidentemente, não é o mês melhor para que isso aconteça. Depois, a questão daquela variante, que está ali por acabar há muitos anos, e que já foi feita uma grande parte da



despesa, há uns dias tive numa reunião, a meu pedido com o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e na altura, também me levou ao gabinete do Senhor Ministro das Infraestruturas, repito e digo que foi antes do problema da bicicleta e do computador, portanto, não teve nada a ver com isso. Falei em duas questões principais do concelho, aquela questão da variante que está por acabar e pouco faltava, se calhar está já a mais de metade em termos de investimento e seria mais fácil, portanto, acabá-la e a segunda é a questão do acesso pedonal entre a Guia e o Shopping e a passagem superior pedonal também no shopping, porque as paragens de autocarros são do outro lado, e depois as pessoas têm de passar para o outro lado, é sempre um problema, um buraco negro que está ali. O acesso pedonal eu fiz comparação, por exemplo, com a zona de Boliqueime que tem passeios enormes, larguíssimos e, no entanto, não passa lá praticamente pessoa nenhuma, portanto, e ali passa imensa gente e não tem um único passeio. Portanto é uma questão, que é da responsabilidade da IP, das Infraestruturas de Portugal e não da Câmara Municipal, se bem que a Câmara Municipal pode e manifestei a minha vontade de a Câmara Municipal poder ajudar a regularizar estas várias situações." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Só para dizer e elogiar algumas coisas, da atividade municipal também só queria dizer que também se defende sempre e fazendo coisas, mas também às vezes dando respostas nas redes sociais ao que, por exemplo, se passou agora que até no Brasil me questionaram sobre o que se está supostamente passando em Albufeira, devido a uns vídeos de um partido político fazendo referência a casos de indianos, e que até na TV portuguesa saiu com dados, não sei se estão confirmados, parece que



não. Pronto, dito isto queria dizer muito bem, a participação financeira e outros apoios, é ótimo apoiar a associação humanitária dos bombeiros voluntários de Albufeira. É muito mais, é muito bom o facto do apoiou à associação portuguesa de apoio à vítima, é excelente, e obviamente não vou estar a elencar tudo, mas queria dizer algumas coisas que foram muito positivas, dizer que também se pode apoiar também algumas associações que ajudam na infertilização dos animais domésticos, como os custos para as famílias são muito altos, às vezes temos casos de animais jogados no lixo, porque estão a fazer crias, acho que cada gato, por exemplo, para ser infertilizado custa cento e vinte euros, obviamente muitos não podem, então, , essas associações que estão a tratar disso, merecem o nosso apoio. Queria dizer alguma coisa rapidamente, que a situação financeira do município, sublinhou mais uma vez que temos os impostos mais baixos do país, primeiro. Portanto, no dia que precisarmos, temos essa bazuca e local para poder aproveitar. O valor de investimento global representa quase catorze por cento da despesa total, portanto é ótimo. E depois também queria dizer, a questão da dívida também está sob controlo e acho que é um facto positivo. Sobre as Águas do Algarve como tinha dito, já que somos sócios, fazer, digamos a questão hídrica seja uma questão também global, e espero que haja também sobre a dessalinização umas contrapartidas também para nós, não que não aumentem os custos, mas que haja um benefício de preços, mesmo sabendo que estamos a pagar muito pouco água aqui em Albufeira." -----

André Lima: "Trezentos e vinte e cinco mil euros, quando vem estas informações do Presidente, já referi isto outras vezes, era preferível isto vir mais vezes, são menos coisa para ver de cada vez, nos últimos trinta e um dias úteis que são referidos nesta informação, temos uma média de dez mil e quinhentos euros por dia de dinheiro em ajustes diretos, dá esse total de trezentos e vinte e cinco mil euros. Para quem está a ver em casa, para quem não tem conhecimento disto, como estas coisas funcionam, um ajuste direto, é supostamente um mecanismo de contratação em que a Câmara contacta diretamente uma empresa, ou prestador de serviços sem realizar um processo de concorrência aberto e competitivo. É uma forma de contratação para ser usada quando há uma necessidade de agilidade, urgência, ou simplicidade para concretizar algo. Compreendo que possam existir situações em que este mecanismo deva ser utilizado, normalmente em casos de falta de planeamento ou de situações em que não é possível planear, mas o que temos vindo a perceber a cada informação do



Presidente que recebemos é que, aqui é quase regra, para além de que a estas se juntam as consultas prévias, para quem não sabe, resumidamente, quando a câmara pede orçamentos diretamente a algumas empresas antes de avançar para a contratação, mas depois vai-se a ver essas consultas prévias são muitas vezes apenas a uma empresa. Temos tantos exemplos desses, e os trezentos e vinte e cinco mil euros que eu falei aqui são responsabilidade apenas de uma pessoa, o rei dos ajustes diretos, do Senhor Vice-Presidente Cristiano Cabrita, não estou a contabilizar nem o Presidente, nem mais nenhum dos outros vereadores nestes trezentos e vinte e cinco mil euros. Gostava que o Senhor Presidente, obviamente, tendo conhecimento destes ajustes diretos, desse a sua opinião em relação a eles. E em relação a alguns pontos da informação tenho outras questões, primeiro: indica uma candidatura da câmara ao prémio autarquia do ano, fui investigar e percebi que são prémios promovidos por uma empresa privada e que a participação é paga. A quantos prémios se candidatou a Câmara ou a Autarquia? E quanto custou o total dessas candidaturas? Depois há uma linha nos ajustes diretos que fala de setenta mil euros para aquisição de serviços de design gráfico à MEO, eu deduzo que seja a MEO dos telemóveis, design gráfico. A MEO tem uma empresa que faz o design gráfico para eles, como é que chegamos à MEO como empresa de design gráfico? Se foram convidadas mais algumas empresas? Porque no portal do Governo não aparece lá mais empresa nenhuma. Outro ponto, diz lá que foi deliberado aprovar a cedência temporária e de forma gratuita de uma habitação de forma a alojar militares da Marinha. A questão é, se existe alguma ideia, plano para fazer algo similar para alojar, por exemplo, médicos, polícias, professores."

Presidente da Assembleia: "Há pouco não lhe respondi, mas fica já a indicação de que, por parte do público e da Assembleia, não é possível haver qualquer tipo de intervenção para além daquelas que estão devidamente regimentadas, pelo que fica o esclarecimento, uma vez que me tinha feito essa pergunta." -----

Carlos Quintino: "Enaltecer aquilo que é o apoio às Associações e às coletividades do concelho e na parte cultural referenciar aqui um evento que eu acho que teve um sucesso grande, que foi motivo de passagem televisiva e também de comentários muito positivos de quem nos visita, além de, naturalmente, da nossa juventude e do nosso público em geral, foi o Albufeira Sounds sunset, eu acho que este evento marcou realmente, como dizia o comunicado do município, a abertura do verão, que pode ser um evento que poderá vir a tornar-se o evento âncora, à semelhança de outros eventos



âncora que o concelho já tem, e realçar o contentamento das pessoas que o assistiram, mas também e porque passei lá por baixo e falei com alguns empresários, desde o pequeno empresário ao grande empresário que realmente sentiram durante aqueles dias da realização deste evento de ponto de vista económico e quando falo nos empresários, não falo só sobre os empresários da restauração e dos bares, falo também dos taxistas, também dos tuk-tuks, os TVDEs, falo de uma série de empresários que, com a movimentação de pessoas à volta daquele evento, tiveram efetivamente algo movimento financeiro. Seria até interessante fazer no futuro, um estudo daquilo que poderá ser o retorno deste evento, à semelhança do que se faz no fim de ano, o município já faz no fim de ano, porque eu daquilo que vi estou convencido que o retorno é realmente muito positivo.” -----

Luna Silva: “Senhor Presidente, na página vinte e dois sobre o despacho de adjudicação, temos um concurso público para a execução da empreitada de pinturas no pavimento do município de Albufeira com a entidade adjudicatária PROPEMI, proteção e sinalização rodoviária limitada, datado de abril de dois mil e vinte e três, proferido pelo Senhor Presidente e com valor de adjudicação de duzentos e dezanove mil e novecentos e oitenta e três euros. O partido Chega, recorreu ao site Base.Gov onde se encontram inseridos os contratos públicos a fim de poder analisar o contrato de empreitada. O contrato foi celebrado a vinte e seis de maio de dois mil e vinte e três, composto por oito folhas assinado por ambas as partes. Um facto curioso sobre este contrato, em nenhuma cláusula refere qual é o objeto do contrato, ficando apenas menção na identificação dos outorgantes, ou seja, não existe no contrato uma cláusula que defina o fim do contrato e em que consiste o mesmo, nem quais serão os trabalhos a realizar pela entidade adjudicatária, pelo que se presume que os mesmos apenas constem no caderno de encargos. Contudo o caderno de encargos, bem como o projeto de execução, são documentos que fazem parte integrante do contrato de empreitada. Outro apontamento, cláusula sexta, que aborda o funcionamento da caução. O número três refere que o município pode considerar perdida a seu favor a caução prestada que, neste caso é no valor de dez mil novecentos e noventa e nove euros e quinze cêntimos correspondente a cinco por cento do montante total do preço contratual. Esta perda a favor da caução prestada, não tem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral e serve para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento pela empresa das obrigações legais ou contratuais. Leio



de novo o contrato, a fim de entender quais são as obrigações contratuais da empresa e não encontro a cláusula que elenca essas obrigações, nem quais são as situações de incumprimento. O máximo que pude encontrar sobre essa matéria foi a cláusula oitava que refere que a empresa ficará sujeita à aplicação das penalidades previstas no caderno de encargos e na legislação em vigor por violação dos prazos contratuais. Dito isto, mais uma vez, entendo que apenas no caderno de encargos é que constam essas obrigações. Face ao exposto, solicitava que assim, o caderno de encargos me fosse remetido por meio e pelo prazo legal para melhor análise desta contratação, visto que o mesmo não se encontra disponibilizado no base.gov. Por último, na mesma página surge outro concurso público para aquisição de uma plataforma de gestão global de educação, de apoio à transferência de competências com valor de adjudicação de duzentos mil trezentos e trinta e sete euros e noventa cêntimos, também proferido pelo Senhor Presidente, mas que não encontrei no site base.gov. e por ter interesse em tentar entender que serviços prestados são estes que justifiquem o valor desta adjudicação, requeiro que o contrato seja remetido por meio e prazo legal." -----

Teresa Neto: "Boa noite, gostava de felicitar o executivo por mais um evento que foi feito no nosso município, que foi a Festa do Basquete Veteranos que trouxe ao município cerca de três mil pessoas e que movimentaram-se pessoas de vários países e foi um evento que eu ao falar com alguns dos atletas, inclusive fiquei a saber por eles que tinham sido muito bem recebidos e que gostariam que fosse um evento que voltasse a ser feito mais algumas vezes e que iriam voltar a Albufeira, alguns deles nem conheciam, nem nunca tinham estado em Albufeira e que vão voltar e trouxe pessoas de outro nível, trouxe famílias e acho que é muito bom para o concelho e para o município, até porque nós queremos ser candidatos a cidade europeia desportiva e, por isso, devemos continuar com eventos desta natureza." -----

Leonardo Paço: "Queria aqui parabenizar a Câmara Municipal de Albufeira no seu executivo, pelo excelente evento que foi o Albufeira Sounds sunset, um evento que realmente acho que pode passar a ser, como já disse o Carlos Quintino, uma marca de Albufeira, e pode ser realmente a abertura do Verão em Albufeira. Por outro lado, também aqui na informação do senhor Presidente, dá para ver que continuamos a apoiar, e bem, todas as associações deste concelho, tanto desportivas como de cariz social. Também se nota que as contas estão controladas, portanto, ao contrário do que tanto por aí, também nas redes sociais, já que as redes sociais são aqui nesta



Assembleia quase todas focadas, na maior parte das vezes por aspetos negativos, mas também os há positivos e eu prefiro trazer os positivos, porque também nas redes sociais se vê e se diz que este executivo está com o controlo das contas e bem. Eu acho que, obviamente, podíamos fazer melhor e há sempre hipótese de fazer melhor. Queria responder ao colega André Lima, sim para mim o Albufeira Sunset é um evento de cariz cultural, desculpa discordar da tua opinião, mas na realidade é." -----

Domingos Coelho: "Sobre a execução orçamental, três números e uma pergunta: habitação, dotação oitocentos e treze mil euros, execução seis virgula cinco por cento. Cultura, um milhão e novecentos, execução em percentagem, grau de execução três virgula cinco por cento. É investimento global na despesa total, treze virgula seis por cento. São números que normalmente são, coerentes com a execução orçamental, pelo menos dos últimos anos, mas fora esta constatação, uma pergunta, em relação à cultura e particularmente aquele projeto para o espaço da antiga igreja matriz de Albufeira, com estes sucessivos adiamentos, se não há o perigo de se perder um milhão e tal de euros que estão contemplados como fundos europeus?" -----

Dário Pereira: "Eu penso que é de enaltecer o executivo no sentido dos eventos, das festas, destas coisas que teve a haver aqui na cidade, mas temos que ponderar e perguntar aos senhores deputados da bancada do PS, se eles pensam que vivem numa aldeia no meio do campo ou se vivem realmente numa cidade turística, onde temos que ter animação, desporto e estas situações todas, porque os turistas quando vêm para cá é para verem animação, e para ter animação e estes eventos todos automaticamente tem que se gastar dinheiro." -----

André Lima: "Não tive oportunidade há bocadinho de responder ia deixar para a próxima, mas já que é outra vez tema, vou aproveitar, em relação ao item da cultura, eu cheguei um bocadinho atrasado, porque fui com o meu filho à biblioteca, ver os contos ao entardecer, e dei prioridade àquilo e depois atrasou um bocadinho, por isso é que cheguei depois da hora, ou seja eu posso fazer algumas coisinhas. O senhor Presidente diz que eu estou distraído, eu devo correr, as senhoras do auditório já me conhecem pelo nome, não é por eu não estar. Eu acho é que quando eu peço um documento orientador da política cultural do concelho, é um documento específico, uma coisa específica e estou a perguntar se há. Não é as coisinhas todas que se fazem, que eu consulto a agenda e sei exatamente aquilo que se faz. Em relação à parte da minha preocupação, estes três e meio por cento de execução que o colega Domingos Coelho



referiu, são parte da minha preocupação, mas vamos tendo tempo para conversar acerca disso. Em relação ao evento dos DJs do Sunset é mesmo cultura? É que o senhor Presidente disse que era óbvio qual era o pelouro, mas não disse qual era, eu não sei, por isso é que eu questionei, já ouvi dizer que é cultura dali cultura daqui, mas, pelos vistos, está a abanar a cabeça e a dizer que não, eu gostava que me correspondesse a essa questão." -----

Sílvia Dias: "Temos estado aqui a ouvir muita coisa, realmente Albufeira faz atividades culturais sim, mas questiono aqui uma coisa, não vivemos numa aldeia, não, queremos turismo sim, mas de qualidade. Eu não sei para o senhor deputado Dário o que é que é turismo de qualidade e o que é que é para mim, mas eu não posso considerar que o turismo que venha fazer passarela ali na rua da Oura, que a partir das dezasseis horas, temos que encerrar a rua, porque já não podemos circular em segurança, eu não considero isso turismo de qualidade. Outra questão, sim concordo em Albufeira temos que investir na cultura e tem feito algumas coisas, questiono: é necessário termos zona VIP em todos os inventos? É que isto são dinheiros públicos, então é necessário? E porque não excluir essa parte da zona VIP? São dinheiros públicos." -----

Dário Pereira: "É uma coisa muito simples, a parte turística é muito abrangente e eu podia estar aqui a noite toda a explicar o que é o turismo a certas pessoas, que se calhar não entendem. É a minha área, eu sou diretor hoteleiro para quem não me conhece, mas poderia estar aqui sinceramente a explicar. Sinceramente, eu concordo com a deputada Silvia Dias num aspeto, se calhar, deveríamos selecionar os clientes ali no aeroporto, dizer: olha tu não prestas, vais para um lado, tu prestas podes vir. Isto é quase impossível. Nós, diretores hoteleiros, batalhamos todos os anos para termos ocupação nos hotéis, de uma maneira ou de outra, temos os nossos preços, são os preços que nós trabalhamos, é a maneira de nós trabalharmos, eu penso que temos em Albufeira bom turista, e posso invocar vários sítios com bom turismo, infelizmente, temos menos boa referência na avenida da Oura. A avenida da Oura é aquele nicho de mercado que nos aparece nas franjas do verão, que é em março, abril, maio e no final de setembro, mas temos que estar preparados para eles, é só isto que eu tenho para dizer, podia estar aqui a noite toda." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, já que está aqui tudo a reivindicar festas, festinhas e festarolas, gostava de fazer aqui um apelo, nós temos sempre a passagem de ano em Albufeira, o Solrir na freguesia da Guia, e a feira



medieval em Paderne. Faço um apelo, que façam algum evento, também nessa altura, em Ferreiras que também fazemos parte do concelho de Albufeira. Já digo isto há seis anos, que sou lá presidente, e era para ficar também registado para ver se nessa altura temos algum evento em Ferreiras, organizado pela Câmara.” -----

Presidente da Câmara: “Há pouco não respondi ao deputado Domingos Coelho, sobre a paragem do Giro, mas o engenheiro Batalha certamente ouviu o sítio onde devia de ser a paragem do GIRO, de Patroves, certamente vai tratar desse assunto, que é das coisas mais fáceis de tratar. Relativamente aos ajustes diretos e responsabilidades de cada um de nós que temos no executivo e a Câmara Municipal e depois outros aspetos, a Assembleia Municipal, é uma gestão da lei, portanto, nada está fora daquilo que é cumprir a lei, portanto, e não há problema absolutamente nenhum com isso. Os ajustes diretos são possíveis, depende dos valores, tendo em conta o código da contratação pública. Depois queria referir, alguém falou sobre o campeonato mundial de basquete de veteranos, é um evento charneira, digamos assim, um evento em que o conjunto de pessoas que aparece aqui, de trinta e dois países não significa apenas, por aquela semana que cá está, estes eventos têm esse condão, o caso da volta ao Algarve em bicicleta, o caso do Crosse das Amendoeiras, trazem pessoas de fora, mas alguns desconhecedores daquilo que é o Algarve, daquilo que é Albufeira, e ficarão, com certeza, uma determinada percentagem, capaz de voltar cá outra vez, portanto, não haja dúvida que é um bom cartaz turístico, mas não só, enquadra-se precisamente na estratégia de nos candidatarmos, ainda não somos candidatos, mas queremos ser candidatos a Capital Europeia do Desporto dois mil e vinte e seis, portanto, e daí que interessa, pelo menos até essa altura, até à altura da candidatura e da escolha do local onde vai ser feito, teremos que, com certeza, disseminar não só pelas várias modalidades, mas também a eventos de carácter nacional, europeu e mundial. Portanto, neste caso, foi um campeonato mundial, e que foi extraordinária, eles estavam extremamente contentes, eu estive lá no domingo. Ainda falando na cultura, esqueci-me há bocado de referir aquilo que as juntas de freguesia fazem em alguns aspetos, nomeadamente de freguesia de Albufeira e Olhos de Água, na música no mercado, os santos populares, as marchas populares, isso tudo é cultura, o aniversário do clube avô. Ainda ontem participei no evento que se levou a efeito no centro de artes e ofícios do centro educativo do Cerro do Ouro, onde se iniciou o projeto promovido pela Associação Craft & Food, onde estava artesãos a trabalhar ao vivo, a fazer comida ao



vivo, isto tudo é cultura. Convido a ver, uma vez mais, a agenda cultural mensal que tem imensos, e alguns deles até lá não estão, porque vão surgindo ao longo do tempo, e não houve tempo de colocar lá. O Leonardo Paço fala nas redes sociais, as redes sociais têm bons aspetos, tem boas utilizações, mas também têm muito más utilizações. É pena que haja, às vezes, más utilizações e haja pessoas que respondem muito rapidamente, não se conseguem conter, não conseguem refletir sobre uma determinada frase que aparece nas redes sociais e às vezes se se refletisse um bocadinho, tinham se calhar outra forma de ver as coisas, que às vezes, penso eu que, não corresponde a mais correta, embora eu não seja nenhum frequentador nem pouco mais ou menos das redes sociais. Relativamente à questão da igreja matriz, está mapeada para o Portugal vinte-trinta e está garantida transição de transferência do vinte vinte para o vinte trinta, à partida vamos ter essa possibilidade. O André Lima ainda a falar no pelouro, se o Albufeira Sounds Sunset, 7 foi do pelouro disto ou daquilo ou do outro, podia ser da cultura da Juventude e até turismo, portanto, qualquer um deles encaixaria aqui perfeitamente. Uma boa dica de Ferreiras ter um evento de fim de ano." -----

Luna Silva: "Com devido respeito, senhor Presidente, há pouco não me respondeu relativamente às questões das trotinetes elétricas e sobre este ponto também não se pronunciou sobre o contrato de empreitada." -----

André Lima: " Senhor Presidente, em relação à conversa dos pelouros já ouvi mais três diferentes, foi algum desses que disse agora? É que formalmente há um pelouro responsável ou não? Vou mudar a questão, há um pelouro responsável? Formalmente ficou lá aquilo associado um pelouro, essa é a minha questão, se é assim tão fácil e tão óbvio, acho que não custa assim tanto responder. Em relação aos ajustes diretos, acho que ficamos esclarecidos, é de lei, mas houve aqui mais questões que não respondeu, em relação à questão da MEO, em relação à candidatura do prémio autarquia do ano, e em relação a cedência temporária de habitação para os militares da Marinha." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, venho aqui falar de um evento e agradecer o apoio que foi dado pela Câmara Municipal, num evento desportivo, Pirates Cup, que em cinco dias, metemos lá cerca de mil e setecentas crianças a praticar desporto que, por acaso, foi um evento que ninguém falou. Estou aqui para falar sobre ele e agradecer e também dar os parabéns ao Guia Futebol Clube por este grande evento. Obrigado." -----



Presidente da Câmara: "Sobre as trotinetes, estamos a pensar fazer um regulamento, conforme o aumento que elas possam vir a ter e está a notar-se um aumento bastante grande e que se tornam extremamente perigosos para a condução nas nossas vias. No entanto, é preciso ver que é o cumprimento do Código da Estrada, depende da Guarda Nacional Republicana que tem que o fazer cumprir e aplicar as devidas coimas. O André Lima, é fácil de ver que o pelouro estava aqui subjacente é a juventude, mas aquilo abrange vários pelouros, mas foi o pelouro da juventude que organizou. Relativamente à questão da MEO, isso não tem problema nenhum, até porque se é uma empresa do grupo, que tem aquela característica, qual é o problema em ser contratualizado com aquela empresa? Não há nenhum. Sobre a questão da habitação, já respondi há bocado sobre o que temos em projetos de habitação para avançar e que carece de haver mais alguma aquisição que proporcione habitação para várias classes profissionais." -----

André Lima: "Se se incomodar muito eu posso voltar cá na próxima e fazer com fiz as outras vezes, e vou perguntando em Assembleias consecutivas, não respondeu em relação ao prémio das autarquias." -----

Presidente da Câmara: "A candidatura ao prémio das autarquias, estive numa sessão em Lisboa, estava cerca de cento e cinquenta autarquias do país todo, portanto, não somos nenhuma gota de água, nem nenhuma ilha, candidatámos dois projetos e foram os dois premiados com o prémio de autarquia do ano, não é o pagamento, estes oitocentos euros acho que vale a pena, porque Albufeira precisa de promoção, isso é muito importante, não é ficamos aqui fechados aqui numa redoma que ninguém nos conhece, não se gasta nada mas também ninguém nos conhece." -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 03-04-2023, 28-04-2023 e 15-05-2023; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação.-----

Votação da ata de 03-04-2023: -----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----
 Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Teresa Neto, Miguel Viegas e Paolo Funassi, pelo que não votaram. -----

Votação da ata de 28-04-2023: -----

Votos contra: zero (00) -----
Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: dezoito (18) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----
 Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Francisco Oliveira, Margarida Guilherme, Rui Serôdio, Teresa Neto, Miguel Viegas, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, pelo que não votaram. -----

Votação da ata de 15-05-2023: -----

Votos contra: zero (00) -----
Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e um (21) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, Carlos Mendes, Paolo Funassi, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----
 Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Carlos Quintino, Rui Serôdio, Miguel Viegas e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, pelo que não votaram. -----

PONTO TRÊS



Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; --
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da
Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada
de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento do Relatório Anual 2022 - CPCJ de Albufeira; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da
Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Domingos Coelho: "Só uma sugestão para que este relatório também tivesse uma
componente descritiva e analítica e não só aquelas dezenas e dezenas de quadros." ----
Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada
de conhecimento. -----

PONTO CINCO

Tomada de conhecimento do Relatório sobre Informação Económico-Financeira a 31 de
dezembro de 2022; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da
Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Luna Silva: "Senhor Presidente, penso que há pouco respondeu a um munícipe e era
sobre esse tema que eu vinha aqui falar na inscrição, a Polis Albufeira foi então até à
presente data celebrada a escritura da partilha que foi aprovada em Assembleia
Municipal de dezanove de dezembro de dois mil e vinte e dois, e se então, em dois mil e
vinte e três iremos ver na informação económica financeira, demonstrações
financeiras estes imóveis que estiveram elencados no contrato da partilha?" -----

Domingos Coelho: "Só alguns números para ficarmos bem lembrados, em relação a dois
mil e vinte e um, a autarquia recolheu mais de doze milhões de impostos. A venda de
água rendeu, um virgula dois milhões e a transferência de subsídios para diferentes
associações, nove virgula cinco milhões. Já agora fazia aqui uma sugestão, isto é na
página dezassete, onde diz a taxas e multas e outras situações, passou-se de
seiscentos mil euros para um milhão de euros, fazia a sugestão que, por exemplo, no
que diz respeito, à autoconstrução e à reabilitação, que as taxas que se pagam
pudessem baixar para fomentar a habitação. Depois um esclarecimento, na página nove,



diz que autarquia recebeu o parque de estacionamento público no prédio urbano, sito na fábrica da Caveira, o edifício Finisterra, tanto quanto sei, é uma área substancial, uma pergunta: que uso é que tem? E uma sugestão, se me permite, porque não alienar aquele espaço e com a verba usá-lo exatamente na habitação?" -----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS entende que aquilo que são os indicadores refletidos deste relatório provam que o município está de boa saúde financeira, que tem a capacidade de endividamento, que tem autonomia financeira e isso é de realçar, porque naturalmente, se não houver trabalho por parte de quem conduz os destinos do nosso concelho, não se consegue chegar a estes indicadores. Há que realçar que isto é feito pela entidade externa, devidamente credenciada na CMVM e, portanto, era o que nós queríamos aqui deixar, em foco a saúde financeira e a boa gestão do ponto de vista financeiro que nos trazem depois como reflexo este relatório com excelentes indicadores." -----

Presidente da Câmara: intervenção impercetível. -----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos seis e sete e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação da 2.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2023-2027; -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação da 2ª Revisão -Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano orçamental Plurianual 2023-2027, incluindo a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal, incluindo Plano de Recrutamento para o ano 2023; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Paolo Funassi: "Eu queria fazer umas perguntas, que é uma coisa importante para mim, a comparticipação para o centro oftalmológico do Algarve a instalar em Lagos, pode me descrever um bocadinho, quanto à comparticipação, e para quando mais ou menos, está prevista outra vez a abertura deste importante centro. Depois, queria saber, sobre o projeto de integração à habitação para comunidades desfavorecidas, se pode explicar um bocadinho isso. Depois só para dizer que esta alteração é a segunda revisão, não sei



se haverá outras mais à frente, mas dizer que isto está a demonstrar que há um trabalho, uma cooperação entre os vereadores e está sendo ótima para a cidade. A cidade, está a meu ver cada vez melhor, cada vez mais brilhante, depois da terrível passagem do COVID. Parabéns, também ao vereador do pelouro Ricardo Clemente, e os outros também, elogiar que é o rumo certo, ter também convidado o vereador Desidério Silva para ser o Presidente da APAL, para dinamizar o concelho, também para que lá fora nos conheçam, os projetos que ele está levando para fora, para internacionalizar mais ainda Albufeira, são os corretos, portanto, estão de parabéns.”-

Domingos Coelho: “Uma revisão orçamental é sempre a assunção de falta de alguma previsibilidade orçamental, julgo. É óbvio que terá que haver sempre, não se deseja que sejam muitas, portanto, aqui a nossa questão não é tanto a revisão, é digamos, como é que se mexe em certas rubricas e como é que de umas transitam para outras. Das catorze propostas de alteração das verbas, anulando uma parte ao total dessa rubrica, a verba, partem de rubricas de investimento e nalgumas vão para investimento, a questão é, não há nenhum caso em que saiam verbas de rubricas de aquisição de serviços ou de despesas gerais, e por exemplo, podemos ver aqui a ampliação do jardim de infância de Vale Rabelho, menos oitenta e oito mil euros, aquisição de terrenos menos trezentos mil, os cuidados continuados da Guia menos um milhão e quatrocentos, depois a aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos, menos trezentos mil, terrenos mais trezentos e oito mil e, por exemplo, do projeto dos barreiros na ribeira de Algibre menos seiscentos e vinte e nove mil euros e ainda mais aquisição de terrenos, mais trezentos e oito mil euros. A minha questão, particularmente em relação à ribeira de Algibre e a ponte do Barreiros, gostava de questionar o senhor Presidente, se há algum relatório que assegure que a ponte tem condições de segurança para ser transitada durante mais uns tempos, porque já há vários anos que isto vem em orçamento para a reconstrução.” -----

Luna Silva: “A segunda revisão das grandes opções do plano dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e sete, Plano Plurianual de Investimentos e atividades mais relevantes, consiste na inserção, construção de novos projetos a destacar no âmbito da administração geral, impermeabilização em edifícios municipais, edifícios administrativos com uma dotação corrigida de trinta mil euros, no âmbito do ensino não superior impermeabilização em edifícios escolares, com uma dotação de setenta mil euros no âmbito da ação social, impermeabilização em edifícios de ação social com uma



dotação corrigida trinta mil euros, no âmbito da cultura, impermeabilização em edifícios culturais, com a dotação dez mil e no âmbito do desporto, recreio e lazer, impermeabilização em edifícios desportivos com uma dotação de setenta mil euros. No total, o valor da soma apresenta o valor de duzentos e dez mil euros a título de obras de impermeabilização. De maneira oposta e para efeitos de contrapartida das inscrições reforços dos projetos acima indicados, foi utilizada a anulação parcial de vários projetos e a anulação total de projetos, neste caso de apenas um PPI, dois mil e vinte e três barra oitenta e sete, que trata de ser a estrutura metálica ao abrigo para material e equipamentos nas instalações técnicas de Vale Pedras e eis que surgem as minhas dúvidas no âmbito do desporto, recreio e lazer, senão vejamos, para acionar o projeto de impermeabilização em edifícios desportivos foi adicionada uma designação nas GOP com o ano e com o número de projeto dois mil e vinte e três barra, cento e dezoito e com nome impermeabilização em edifícios desportivos com uma dotação de setenta mil euros, mas se verificarmos as contrapartidas, um dos projetos anulados parcialmente, é o projeto de dois mil e vinte e três, sessenta e quatro um, que são as benfeitorias e as reparações em infraestruturas desportivas que inicialmente tinha uma dotação de duzentos e dezasseis mil euros, que sofreu uma modificação de financiamento de menos noventa mil euros, passando a ficar com uma dotação corrigida de cento e vinte e seis mil euros. Eu pergunto ao senhor Presidente, impermeabilizações não tratam de ser beneficiações ou reparações? Se a resposta for não, e daí a justificação de se inserir uma nova designação, se se retirou noventa mil das beneficiações e reparações, mas se apresentou setenta mil euros em impermeabilizações, todas elas no mesmo âmbito, temos aqui um valor a subtrair de vinte mil euros, e eu pergunto, eu gostava que esta questão me fosse esclarecida e, se possível, com a exibição da designação nos mapas que nos são entregues aos deputados, onde consta estes tais vinte mil euros. Segundo ponto, e sobre outra inscrição projeto, no âmbito dos serviços individuais de saúde, participação para o Centro Oftalmológico do Algarve a instalar em Lagos, no montante de quarenta e sete mil euros. Pergunto à Câmara se este centro oftalmológico que será instalado em Lagos, qual é que é a obrigação legal deste município em participar com este valor?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao Centro Oftalmológico a instalar em Lagos, isto foi uma a sugestão da AMAL, que já tem havido várias ao longo de vários concelhos, qualquer dia pode calhar a nós, a ver todos os municípios a participar



num mesmo assunto que se pretende que seja regional. Relativamente ao deputado Domingos Coelho, sobre a ribeira do Algibre, o ICNF deu um parecer desfavorável, então tem que se refazer o processo. Quanto à segurança, por aquilo que me dizem garante da segurança por mais algum tempo, com alguns pequenos acertos e arranjos.”

Paolo Funassi: “Os quarenta e sete mil euros, entendi, obrigada à deputada Luna, eu não tinha visto, obrigado por ter esclarecido sobre o centro oftalmológico. Tem uma ideia, mais ou menos de quando poderia estar acabado esse centro, ou é tudo um projeto só? Só para perceber os tempos.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “A minha questão é a seguinte, o porquê da retirada de verba destes projetos da freguesia da Guia, nomeadamente a nível do jardim de infância de Vale Rabelho e dos Cuidados Continuados?” -----

Luna Silva: “Senhor Presidente, não respondeu à minha questão, é bastante simples, só quero compreender aqui como é que funciona o orçamento, portanto, nós temos aqui uma classe económica que tem noventa mil é anulada, duzentos e dezasseis passa a cento e vinte e seis é anulada parcialmente noventa mil, subtrai-se os noventa mil, introduzimos uma de setenta, fica o remanescente de vinte. Eu gostava de compreender, estes vinte mil euros depois são introduzidos em outra classe económica? Onde é que depois ficam estes vinte mil? Eu também gostava de colocar outra questão, na passada Assembleia Municipal de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, foi apresentada nesta casa pela bancada do PSD/CDS um documento em formato recomendação ao Governo da República, sobre o reforço da segurança em Albufeira para todo o ano, sendo que um dos principais objetivos dessa recomendação seria o desbloqueio imediato do processo de requalificação de construção do posto de GNR de Olhos de Água, que já se encontra pendente há sete anos. Acontece que o projeto de requalificação do posto é também um dos projetos que esta Câmara na segunda revisão anulou parcialmente, PPI/ANR dois mil e dezasseis, cinquenta vinte e um. Este projeto que tinha um financiamento definido, cento e vinte e sete mil e seiscentos euros, sofreu uma modificação de noventa e quatro mil e novecentos euros e ficou com uma dotação corrigida de trinta e dois mil e setecentos euros e eu tenho que questionar como é que a Câmara irá participar nesta construção com um valor tão reduzido? E em que designações é que depois ficam a introduzir estes tais noventa e quatro mil e novecentos euros? Eu entendo que o Senhor Presidente não me responda à questão, também temos aqui o vereador com o pelouro competente, para ficarmos a



entender um pouco como é que funciona depois esta distribuição de valores que são corrigidos a nível dotações.” -----

Presidente da Câmara: “Eu tive a parte das finanças do município durante dezanove anos, portanto, é muito fácil, isto é o princípio dos vasos comunicantes, tira-se de um lado e mete-se no outro e muitas vezes, estas revisões aparecem e aparecem todos estes projetos novos, embora possam ser projetos de infiltrações, provavelmente alguém previu que iria chover bastante no inverno e daí haver essas infiltrações, essas impermeabilizações, são projetos que na altura não estavam contemplados, então teve que se abrir as rubricas, por isso é que muitas vezes no próprio orçamento inicial se abrem rubricas com umas quantias de valores que não dá nem pouco mais ou menos para levar o projeto até ao fim. Mas ficando aberto é muito mais fácil, porque é através de uma alteração orçamental que se vai fazendo, mudando dinheiro de rubricar em rubrica, se formos ver esta é a segunda revisão orçamental, em termos de alterações há muito mais, e a qualquer momento, pode haver uma alteração, e a alteração é, por exemplo, supomos que a AMAL na próxima reunião da AMAL propõe que os municípios contribuam para um determinado projeto regional, que ainda não está contemplado aqui, que é o caso deste centro oftalmológico, teve de ser introduzido e porquê numa revisão e não numa alteração? Numa visão, porque ele não estava contemplado, nem existia essa necessidade, não tinha sido detetado, não tinha sido identificada essa necessidade. Daí ter de ser introduzido numa revisão. O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia veio dizer que algumas das rubricas ficaram diminuídas no seu orçamento inicial, ficaram diminuídas porque chegou-se à conclusão que o projeto não conseguiria ter execução para este ano daquela verba que lá estava inscrita, daí poder-se tirar daquele ano, embora depois tenha que ir para anos seguintes, isto é o plano plurianual e sendo plurianual, não é só de um ano, é de vários anos. Supomos que tínhamos inscrito dois milhões de euros para uma obra, mas verifica-se nesta altura, por causa de reclamações de prazos de Tribunal de Contas, que não se leva a efeito a obra de dois milhões de euros, mas sim apenas um milhão. Pode-se extrair de lá um milhão, no entanto, tem de ser adiantar esse milhão nos anos seguintes, apesar de poder vir a ter que ser alterado o valor, com a questão dos preços. Isto funciona sempre assim, há a necessidade de revisões quando há necessidade de haver projetos novos, ainda que eles sejam apenas projetos, quase de gestão diária e outros não, são projetos com a mais abrangência e mais estratégicos.



As alterações servem para ir equilibrando à medida que as obras se vão fazendo, que é o caso do quartel da GNR dos Olhos de Água, que é dramático, já há muitos anos que a Guarda Nacional Republicana através da sua Secretaria-Geral e da Administração Interna, da qual tem a tutela, fizemos um contrato de participação, parceria entre as duas partes que era na altura, penso eu, duzentos e cinquenta mil euros, cada entidade a pagar, provavelmente agora esses duzentos e cinquenta mil euros não chega. A questão dos duzentos e cinquenta mil euros casa, portanto quinhentos mil euros para as duas entidades, o somatório das duas entidades não chegará para a obra, uma vez que os materiais todos aumentaram, comparado com essa altura que estamos a falar, há quatro ou cinco anos atrás, e nessa altura provavelmente daria, agora não dará, terá que ser reforçada a rubrica em valores muito mais substanciais, e esses valores vão ser tirados a outros, que eventualmente acontece esta particularidade de naquele ano não se conseguir realizar obra para completar aquele valor que lá está inserido na rubrica e passando para anos seguintes. Portanto, isso pode vir a acontecer e era bom que acontecesse, porque é realmente uma urgência máxima esse quartel da GNR dos Olhos de Água, que já satura ouvi falar nisso, tanta paragem, tanta inoperância, a última questão foi perguntar à Câmara se estava disposta a participar nas especialidades, obviamente, dissemos que sim, e é a revisão do protocolo que está lá para eles verificarem, já lá vai um mês e tal e estou a ver que tenho de pedir nova reunião com a senhora Secretária de Estado, e ver o que o que ela diz sobre isso. Prometeu vir cá dia três de junho, a um Conselho de Segurança restrito, depois telefonou a dizer que não poderia vir a três de junho, mas passaria para treze de junho, eu vi logo que devia ser difícil, porque era feriado em Lisboa, realmente não aconteceu, e também não houve outra data. E era uma altura boa para falar nesse assunto, aliás, tinha isso engatilhado para falar, precisamente nesse assunto, vamos esperar que isso seja o mais rápido possível. A data do Centro Oftalmológico não sei, é uma obra que vai ser do CHUA com certeza, portanto, não é nossa, a AMAL através dos municípios, porque a AMAL não tem responsabilidade nesse campo, nem os municípios terão, digamos assim, mas a AMAL agora habitou-se a fazer uma espécie de leilão, cada município paga um tanto, enfim, tal qual como quando foi a Fórmula um, quando foi os Masters de Golfe, que foi disputado em Vilamoura. Qualquer dia vamos pedir aqui para um evento qualquer que se faça por aqui e assim sucessivamente, mas não há data." -----



Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Boa noite a todos, eu quero agradecer as diligências que a Câmara Municipal tem feito no sentido do quartel da GNR em Olhos de Água ser uma realidade, mas eu quero aqui deixar para toda a gente entenda o seguinte, eu enquanto Presidente de Junta de Albufeira e Olhos de Água, considero um desrespeito, melhor dizendo, uma falta de respeito quer da GNR quer do Ministério da Administração Interna, eu envio emails, eu envio ofícios a perguntar como está a situação e ninguém me responde, ninguém. E penso que toda a gente está esquecida do seguinte, o edifício onde está a GNR, neste momento, é nosso, é da freguesia de Albufeira e Olhos de Água, não é da Câmara Municipal, logo, eu penso que a Secretária de Estado para a qual eu envio os ofícios deveria ter, no mínimo, dez minutos para falar comigo, eu tenho ofícios de há um ano para serem respondidos, nunca me responderam. Eu quero que as pessoas saibam que, a Câmara tem feito o que tem podido e eu agradeço por isso, mas também a junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água não tem de ficar de braços abertos, e realmente nem uma resposta aos meus ofícios nem uma resposta aos meus emails, nunca ninguém tem tempo. No entanto, aquele edifício é da junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água, no entanto, todas as despesas inerentes, ao facto de lá estarem, somos nós que pagamos, no entanto, a Secretária de Estado não tem tempo, desculpem, mas isto eu acho que quando isto começa assim, quando não há respeito nestas parcerias que se fazem, até sem a junta de Albufeira e Olhos de Água ter conhecimento, sem nunca haver uma assinatura minha que permita que eles lá estejam, esta é que é a realidade. É uma falta de respeito enorme pela freguesia e pelos fregueses." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO SEIS:-----

Votos contra: seis (06) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Silvia Dias, André Lima e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

Abstenções: zero (05) Mónica Coimbra, Luna Silva, Carla Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Rui Serôdio, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Teresa Neto, Miguel Viegas, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----



A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO SETE:-----

Votos contra: seis (06) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Silvia Dias, André Lima e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

Abstencões: zero (05) Mónica Coimbra, Luna Silva, Carla Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Rui Serôdio, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Teresa Neto, Miguel Viegas, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Carla Vieira apresentou e leu declaração de voto. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, bem como da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, da Transferência de verbas para as freguesias do concelho; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Eu não sei se repararam que, nos apoios à Junta de Freguesia de Paderne, o representante da junta não é o senhor Miguel Coelho, mas o Senhor João Ruaça Guerreiro, portanto, não sei, acho que é um lapso de escrita, uma gralha, mas é deselegante, penso que é deselegante para quem exerce neste momento as funções.

Presidente da Assembleia: "Senhora deputada muito obrigado pela referência, com certeza que será corrigida." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: sete (07) Inês Mendonça, Domingos Coelho, Silvia Dias, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: dezoito (18) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva,



Leonardo Paço, Luis Afonso, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, Miguel Viegas, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Domingos Coelho apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º3 anexo a esta ata) -----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS considera importante esta transferência de verbas, considera que, efetivamente, cada junta está a ser devidamente valorizada e muito estranho que haja presidentes de juntas que se abstenham nesta matéria, mas além de ser um direito democrático, seria pertinente ouvi-los." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "O meu voto na abstenção é simples de justificar, não posso votar a favor, porque como o senhor Presidente sabe, nós não fomos chamados nem ouvidos para estas negociações. Já na última vez que isto aqui veio à Assembleia, eu falei sobre essa situação, porque existe coisas, acho que em todas as freguesias, que têm que ser revistas, nomeadamente, tenho um espaço verde de novo na freguesia, que a Câmara Municipal fez no Orçamento Participativo que, infelizmente, está em condições degradantes e é o único espaço verde que a Câmara Municipal está atualmente a cuidar. E nesse sentido, já fiz vários pedidos à Câmara para passar esse espaço verde para este contrato de novas delegações, para as novas competências para as juntas, acho que faz todo o sentido, visto que é a única situação que pertence à câmara, acho que tudo o que é referente às juntas, acho que nós também podíamos dar uma palavra final e também dar as nossas opiniões." -----

Uma vez chegada a meia noite o Presidente da Assembleia colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Faço minhas as palavras que o Dinis disse na parte das negociações, nós até temos mandado alguns ofícios a solicitar algumas coisas, nós estamos a fazer competências que são da câmara que não estão delegadas, que é o caso dos caminhos rurais, estamos a arranjar os caminhos desde há seis anos para cá. Já mandei também ofícios a explicar que aquilo não faz parte da junta, que é competência da câmara, mas é assim, na minha freguesia que eu tenha conhecimento, não foi arranjado caminho nenhum nos últimos seis anos de terra batida, tem sido a junta. Nós precisamos de uma retroescavadora em condições para os caminhos, pedimos um trator, temos solicitado várias coisas e como também foi falado aqui pelo deputado Domingos, os trabalhadores que estavam afetos à autarquia estão a reformar-se e não têm sido substituídos. Tinha sido conversado que iriam dar uma verba para substituição dessas pessoas que chegaram à reforma, e a verba continua a ser a mesma. Nestes últimos seis anos que faço como presidente de junta a verba desde que foi assinado o último contrato interadministrativo, nem foi negociada nem foi reforçado, nem têm em atenção a inflação e nem têm atenção ao crescimento da



freguesia e às necessidades do dia a dia das pessoas. Por isso a minha abstenção, gostava de responder ao senhor deputado Quintino que também é morador na minha freguesia, também devia de lutar pelos interesses de Ferreira." -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura ao Aviso n.º 2/C09-i01/2023 - Medida SM1 - Reduzir Perdas de Água no Setor Urbano; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Uma mera sugestão, porque me parece que este projeto obrigará a grandes obras, ao nível da rede de águas e dava a sugestão que se aproveitasse esses trabalhos, digamos, de abrir muitas e profundas valas que se pusesse também a possibilidade de a rede de águas pluviais fosse separada das águas de esgoto, porque esse é, penso eu, um dos problemas que ao conduzir toda essa quantidade de águas para a estação de tratamento de Vale Faro faz com que esta soma não possa processar essa quantidade de águas, e isso vá parar exatamente à praia do Inatel e já houve este ano um problema de água imprópria para banhos, e é uma situação recorrente sempre que há uma chuvada. E depois do investimento que houve naquela obra junto ao Inatel e demorada, o problema continua, há é menos, fizeram ali não sei quantas obras e o problema é um problema que, mancha toda a campanha, e bem que, a câmara faz ao nível das bandeiras azuis, porque depois em pleno Verão, é o prejuízo que se sabe para a imagem de Albufeira." -----

Presidente da Câmara: intervenção impercetível. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, Miguel Viegas, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente

da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à Candidatura "Unidade de Cuidados Continuados da Guia", no âmbito do Aviso n.º ALG-16/2023-01 - Investimentos em Infraestruturas de Saúde; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, Miguel Viegas, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Execução de Lar, Unidade de Apoio Domiciliário e Centro de Dia - Fontainhas; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, Miguel Viegas, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Execução de Unidade de Cuidados Continuados na Guia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, Miguel Viegas, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Ampliação e Beneficiação da E.B.1,2,3 de Ferreiras; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, Miguel Viegas, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Construção de Habitação Social em Ferreiras; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, Miguel Viegas, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUINZE



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** da Empreitada de Execução de Novo Edifício para Ampliação do Centro de Saúde de Albufeira; -----
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Senhor Presidente, relativamente a este ponto, o Albufeira Prometida tem duas questões, primeira questão, onde é que se localiza o terreno escolhido? Segunda questão, para quando a reversão da titularidade para o município? Porque na descrição do ponto, vem "o terreno escolhido".... Não sabemos qual é o terreno escolhido e que em breve será revertido para a titularidade do município. Também não vem essa situação esclarecida." -----

Presidente da Câmara: "Essa questão tem a ver com terreno limítrofe do terreno onde se situa atualmente as instalações do centro de Saúde e uma parcela do terreno pertence ao Lidl, e já está acertado entre as duas partes, um acordo de direito de superfície, no sentido de ser possível haver uma candidatura, já prevista e Albufeira é um dos um dos centros que está nesse pacote, até meados de agosto. Portanto até meados de agosto tem que ser feita a candidatura e para isso teve que se resolver o problema do terreno, que não podia ser porque não se tinha posse do terreno, mas com direito de superfície é concedida essa autorização." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Rui Serôdio, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, Miguel Viegas, Carlos Mendes, Paolo Funassi e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



Margarida Guilherme: "Boa noite, enquanto deputada desta Assembleia e em nome do MIPA, Movimento Independente para Albufeira venho apresentar a seguinte declaração de voto: o MIPA votou favoravelmente quanto à presente proposta, no entanto, entende que a presente obra fica muito aquém das necessidades do concelho no que respeita a equipamentos de apoio à saúde. Afirmamo-lo porque consideramos que o concelho necessita urgentemente de um novo centro de saúde construído de raiz, um novo local, uma vez que o atual centro de saúde foi construído sobre uma linha de água e para uma população e afluxo turístico que nada tem a ver com o atual. Entendemos, pois, que as instalações do presente centro de saúde não são adequadas, não dão resposta às necessidades de saúde dos seus utentes, não oferecem conforto nem permitem a instalação de meios tecnológicos adequados para que os profissionais saúde que ali trabalham realizam o seu trabalho de forma adequada e acho que todos nós aqui presentes temos prova disto, porque somos muitos de nós utentes, eu sou pelo menos há cerca de quarenta e tal anos. Consideramos também que uma ampliação vem remediar, mas não resolve o problema da saúde em Albufeira. Por estas razões, consideramos urgente, reiteramos, consideramos urgente que este executivo assume a responsabilidade de projetar e executar a construção de um novo centro de saúde que tenha as valências de que Albufeira precisa, valências arquitetónicas, humanas, tecnológicas, que respondam às presentes necessidades de serviço de saúde dos cidadãos de Albufeira. Agradeço a atenção do executivo para esta declaração." -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:20 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 23 de junho de 2023 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Rua dos Arcos



Areias de S.João – em frente restaurante Clay Oven





Estrada da Nora

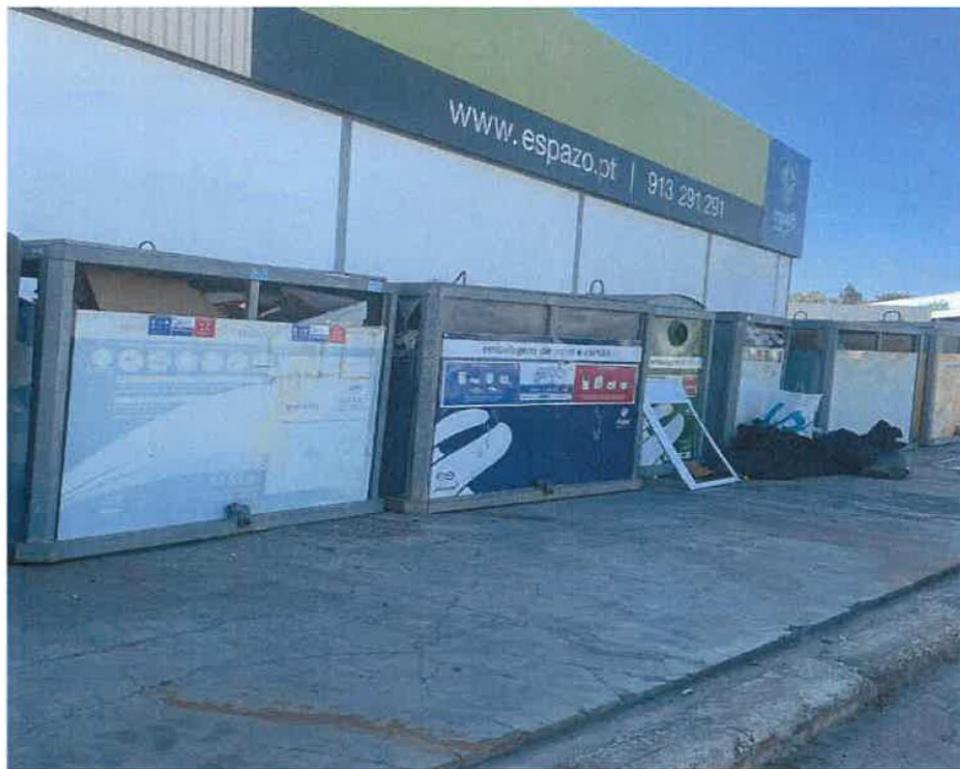


Rua da Palmeira





Vale Paraíso



**DECLARAÇÃO DE VOTO – Ponto 6 e 7****23 de Junho de 2023**

Albufeira Prometida considera que esta revisão é mais do mesmo, ou seja, remendos que são feitos, ao longo do ano, porque o orçamento e GOP's foram mal elaborados ou tentaram fintar a suborçamentação crónica que o Município evidencia, pelo menos, nas últimas 2 décadas.

Tirando 2 ou 3 projectos que podemos encarar como situações que não estavam previstas, as restantes são todas situações que deveriam estar contempladas no início do ano, como é o caso flagrante da:

1. AMR 2023/5104 - “Aluguer de Iluminação de Natal”
2. As várias impermeabilizações que são agora feitas em diversos edifícios
3. As 3 viaturas todo o terreno para limpeza das praias.
4. Os investimentos no âmbito da habitação

Esta revisão, no que respeita ao PPI, foram buscar recursos financeiros principalmente, a dois projectos:

1. 2020/103 - “Criação de unidade de cuidados continuados da Guia” do qual **foi retirada a verba de 1.420.000,00€**
2. 2020/94 - 2 - “Ponte da estacada, sobre a ribeira de Algibre, Freguesia de Paderne - Obra” do qual **foi retirada a verba de 629.911€.**

Por outro lado, foi apresentada a candidatura com o Aviso n.º ALG-16-2023-01, para a obtenção de fundos comunitários para a construção da Unidade de Cuidados da Guia, sem se saber se o valor a receber vai compensar o valor que foi retirado ao projecto.

O que mais nos espanta é que, o concelho e o país têm tanta carência e urgência em implementar estes projectos que são fundamentais e prioritários para vida e bem-estar dos munícipes, retiram-se verbas, até avultadas, para investir em projectos que não têm a relevância/importância na qualidade de vida das pessoas que cá habitam.

Por isso o sentido de voto do Albufeira Prometida não é favorável.



DECLARAÇÃO DE VOTO

Relativamente ao ponto 8 da Ordem do Dia o grupo municipal do Partido Socialista absteve-se pelas seguintes razões:

- 1) Lamenta-se, ^{longo} que ao deste processo não tenha havido um diálogo com os presidentes de Junta;
- 2) Que de futuro seja tido em conta o valor da inflação na atualização das verbas a transferir;
- 3) Que se proceda à substituição dos funcionários que se aposentem.

Albufeira, 23 de Junho de 2023


FORÇA CABMO
Ana
SILVIA DIO


Luís Fendoca